



Nº 1168 - Semanal
0,50 €

19 Setembro 2002

ACÇÃO SOCIALISTA

**SEGUNDA VERSÃO DAS PROPOSTAS DE REVISÃO DA
DECLARAÇÃO DE PRINCÍPIOS E ESTATUTOS** ► Suplemento

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA

Director António José Seguro Director-adjunto Silvino Gomes da Silva
Internet www.partido-socialista.pt/accao E-mail accao.socialista@partido-socialista.pt

CREDIBILIZAR AS INSTITUIÇÕES



No recomeço do novo ano parlamentar, António Costa levou ao plenário da Assembleia da República as legítimas dúvidas do PS sobre o empenho e a determinação deste Governo no combate ao crime económico e financeiro, à fraude e à evasão fiscais e o chamado caso Moderna. Fê-lo num registo de grande contenção verbal que só atesta o sentido da responsabilidade política que estas situações impõem. Sem tirar quaisquer conclusões antecipadas para não se cair na tentação de julgamentos na praça pública, o PS exigiu a “urgência no apuramento da verdade”.

Desafiado pelo líder da bancada popular para um debate com Paulo Portas na televisão, Ferro Rodrigues aceitou o repto desde que o mesmo se realizasse na Assembleia da República.

► Páginas 5 e 7

SECRETÁRIO-GERAL EM ALVERCA

GOVERNO PÔS PORTUGAL A CRESCER MENOS DO QUE A EUROPA

► Página 4

SOCIALISTAS GANHAM ELEIÇÕES NA SUÉCIA

► Página 16

ENTREVISTA A AFONSO CANDAL

GOVERNO MERCANTILIZA SAÚDE

Nem os hospitais escapam à lógica mercantilista do Executivo de direita. Afonso Candal alerta, em entrevista ao “Acção Socialista”, para o desinvestimento que o Governo se prepara para fazer no Sistema Nacional de Saúde, desferindo, a longo prazo, um duro golpe no princípio da igualdade na prestação de cuidados.

O coordenador socialista da Comissão Parlamentar da Saúde defende que a lógica da quantitativa da produtividade não deve sobrepor-se à óptica de responsabilidade num sector em que estão em jogo vidas humanas.

Quanto aos genéricos, Candal adverte que o PS só dará o seu aval na Assembleia da República a um diploma que salogue a prescrição destes medicamentos, mediante a manutenção da relação de confiança entre médico e doente e a preservação da indústria farmacêutica nacional.

► Página 11

A SEMANA REVISTA

Terminou segunda-feira a data-limite do processo de refiliação no PS.

No final da reunião do Grupo Parlamentar do PS, António Costa defendeu a ida urgente da ministra da Justiça à 1ª Comissão da AR para dar explicações sobre a Polícia Judiciária.

Sob a presidência de Ferro Rodrigues reuniu-se o Secretariado Nacional do PS.

O secretário-geral do Partido Socialista encerrou o encontro de autarcas de Vila Franca e Xira, em Alverca.

Realizou-se mais uma reunião da COC de preparação da reunião do próximo Congresso Nacional do PS.

Ferro Rodrigues reuniu-se com o Presidente da República da Hungria durante a sua visita oficial a Portugal.

Teve lugar a primeira reunião de trabalho do Gabinete de Estudos do PS.

Reabertura dos trabalhos parlamentares da Assembleia da República com o caso Moderna a centrar as atenções.

AS CRIANCINHAS

ANTOONIO COLAÇO

— Josefa, achas que construirão o **aeroporto** antes de acabarmos o transporte destas pobres crianças para a **lista de espera**?!
— Sei lá **Paulina**, eles às vezes mentem com os dentes todos!



(Fotos de Paulo Portas e Durão Barroso em crianças)

No actual contexto, e enquanto as dúvidas não forem todas dissipadas, é natural que se instale um clima de suspeição que em nada beneficia Paulo Portas nem a dignidade das instituições que não podem viver sem a transparência que um regime democrático exige.

Como se previa foi o caso Moderna que centrou as atenções na reabertura dos trabalhos parlamentares. Não podia ser de outro modo, depois das sucessivas recusas do ministro Paulo Portas de prestar os necessários esclarecimentos públicos, para além das graçolas que nada adiantam, antes pelo contrário, só confundem, não passando de meros "sound bytes".

O PS manteve e mantém sobre esta delicada matéria um cuidado extremo na sua abordagem, tendo ido ao ponto de até hoje não se conhecer o teor da carta que o líder parlamentar socialista escreveu ao procurador-geral da República solicitando-lhe a confirmação de notícias publicadas em jornais de referência, sobre as ligações entre Paulo Portas e a Dinensino, de forma a não cair no erro de proceder a julgamentos sumários sem direito a defesa como então fazia o director do "Independente".

O Paulo Portas que do alto da sua tribuna apregoava uma moral e uma ética, é o mesmo que hoje se refugia no silêncio, nas evasivas, não dando uma única justificação decente para uma realidade factual, recusando-se a comparecer na Assembleia da República para, perante os legítimos representantes da nação, esclarecer ao povo português as dúvidas que todos sentimos. A verdade é que os factos vindos a lume indiciam actos da maior gravidade que não podem continuar sem explicações.

Sob o ponto de vista ético, realce-se a diferença entre aquilo que é a esquerda e a direita. Desde sempre os socialistas pautaram a sua actuação pública por um elevado grau de exigência, nunca se escusando a dar explicações, e ao mínimo sinal de qualquer situação menos clara, eram os visados os primeiros a tirarem as devidas conclusões e a seguirem o

DE QUE TEM MEDO PAULO PORTAS?

caminho que politicamente não deixasse quaisquer dúvidas. Foi assim nos governos de Mário Soares, e assim continuou nos de António Guterres.

No actual contexto, e enquanto as dúvidas não forem todas dissipadas, é natural que se instale um clima de suspeição que em nada beneficia Paulo Portas nem a dignidade das instituições que não podem viver sem a transparência que um regime democrático exige. Não se pede a demissão do ministro. Pede-se-lhe que encare os seus pares e na sede própria diga de sua justiça. Que se defenda e que ataque, se esse for o caso. Pede-se-lhe que não se acobarde e que proceda agora de acordo com os comportamentos que antes exigia à classe política.

Afinal, de que tem medo Paulo Portas?

SILVINO GOMES DA SILVA



Silvino Gomes da Silva



MINISTRAS CHAMADAS DE URGÊNCIA PARA EXPLICAR PJ E FUNDOS EUROPEUS

É a gravidade das situações criadas com o desprestígio acelerado em que está a cair a Polícia Judiciária e relativamente à aplicação das verbas do III Quadro Comunitário de Apoio que justifica os pedidos do Partido Socialista para que as ministras da Justiça, Celeste Cardona, e da Economia, Manuela Ferreira Leite, se desloquem com carácter de urgência ao Parlamento para esclarecer as respectivas dúvidas que estes casos levantam.

António Costa, líder da bancada parlamentar socialista, justificou a ida da ministra Celeste Cardona ao Parlamento "com a necessidade de explicar detalhadamente o que se passa na PJ, assim como todas as dúvidas que existem sobre as perspectivas de se travar um combate eficaz à fraude".

Por outro lado, na sequência de notícias vindas a lume, o nosso país poderá correr o risco de perder 200 milhões de euros dos Fundos Estruturais se até final deste ano não aplicar as verbas previstas para os diferentes projectos.

"A gravidade da situação implica a necessidade do seu esclarecimento pela actual responsável governamental pela aplicação dos fundos europeus", lê-se na carta assinada pelos deputados Joel Hasse Ferreira e Maximiano Martins.

FERRO EM ALVERCA

GOVERNO PÔS PORTUGAL A CRESCER MENOS DO QUE A EUROPA

Preocupado com a capacidade de utilização dos fundos comunitários pelo Governo "que tão dificilmente foram negociados por António Guterres", Ferro Rodrigues reafirmou que o PS é oposição rigorosa e tem alternativas para apresentar às políticas governamentais.

"Oposição responsável, construtiva e determinada a não se deixar vergar por ameaças nem tentativas de passar a mensagem de que o PS deixou o País numa situação deplorável. As sondagens não confirmam esta versão", declarou o secretário-geral do PS aos autarcas do concelho de Vila Franca de Xira reunidos em Alverca. Ferro Rodrigues voltou a disponibilizar-se para apoiar o Governo no combate à fraude e evasão fiscais e junto dos parceiros comunitários no que respeita à avaliação do Pacto de Estabilidade e Crescimento, ao mesmo tempo que denunciava o facto de Portugal estar a crescer abaixo da média europeia.

"Os governos do PS foram atacados por um facto que nunca aconteceu. Portugal sempre convergiu, cresceu mais do que a média europeia. Eles, quando se instalaram no poder, puseram Portugal a crescer menos e estamos perante um cenário de depressão", afirmou o líder socialista. Para o secretário-geral do PS, a culpa da actual situação é da responsabilidade deste Governo porque ao gerir da maneira mais negativa possível as expectativas "transformou a mera crise orçamental em crise económica". O aumento do IVA, segundo Ferro Rodrigues, teve um efeito muito negativo na economia "porque não levou ao aumento das receitas do IVA na proporção da sua taxa, o que significa, se houver bom senso, que deve reduzir a taxa no próximo Orçamento de Estado". A retirada do crédito bonificado à habitação foi outra das linhas de ataque de Ferro Rodrigues para quem "havia todas as condições para melhorar a eficácia da medida". Além do custo social junto dos jovens do fim do crédito bonificado, esta decisão reflectiu-se na economia com perturbações para o sector construção. O secretário-geral do PS aludiu também ao "clima de grande intranquilidade com as falências, muitas delas fraudulentas e que têm por consequência o aumento do desemprego".

Por outro lado, Ferro Rodrigues manifestou-se preocupado quanto à possibilidade de uma acção militar internacional liderada pelos Estados Unidos contra o Iraque, sublinhando que "devem ser esgotados todos os passos" antes de colocar "a opção militar como a primeira".

No encontro, a presidente da Câmara Municipal anfitriã, Maria de Luz Rosinha, manifestou inquietação relativamente à situação nas



Oficinas Gerais de Material Aeronáutico (OGMA), onde trabalham muitos habitantes do concelho. "Esperamos que se saibam encontrar as soluções que, no seu todo, não sejam penalizadoras para o concelho de Vila Franca de Xira, e esperamos que o Governo encontre soluções que ultrapassem a crise sem recorrer a despedimentos", afirmou a autarca que se referiu também à saúde, à segurança às acessibilidades como as três questões prioritárias por resolver neste concelho ribeirinho do Tejo às portas de Lisboa.

Serenidade no caso Moderna

Prudente quanto aos últimos desenvolvimentos do caso Moderna, Ferro Rodrigues referiu ao jornalista, no final do encontro, que prefere aguardar o relatório que o PS pediu à Procuradoria-Geral da República sobre o assunto. "Não queremos fazer julgamentos populares", sublinhou, considerando, no entanto, que "várias questões só agora vieram a público" relativamente às responsabilidades do actual ministro da Defesa no caso, sendo necessário apurar "se elas já constam ou não do relatório da Polícia Judiciária".

"Ao contrário do que é dito pelo CDS/PP, o que tem sido dito sobre isto é novo. O problema é que estas questões são novas. O que tem vindo nos jornais nunca tinha sido dito", considerou. Simultaneamente, Ferro Rodrigues exigiu à ministra da Justiça uma "clarificação total" sobre "o que de grave se tem passado na Polícia Judiciária", sobretudo à luz das contradições nos depoimentos prestados na passada semana na Assembleia da República pelo director da PJ, Adelino Salvado, e dos ex-directores adjuntos Maria José Morgado e Pedro Cunha Lopes.

OTA: O MAIS RECENTE ZIGUEZAGUE

À saída do encontro com os autarcas socialistas de Vila Franca de Xira, Ferro Rodrigues foi instado pelos jornalistas a comentar a notícia do "Expresso" da reviravolta do Governo na construção do aeroporto da OTA.

"Perplexo" com os ziguezagues do Executivo, o líder socialista apelou a que a obra avance "o mais rápido possível". Para Ferro Rodrigues, esta possível decisão corrige "o disparate de se abrandarem os ritmos dos trabalhos". "Quanto mais interrupções houver pior", sublinhou o líder socialista, remetendo-se a alguma prudência relativamente a este assunto para não ser confrontado "amanhã com uma notícia de sinal contrário" sobre a construção do aeroporto.

CREDIBILIZAR AS INSTITUIÇÕES

O presidente do Grupo Parlamentar do Partido Socialista proferiu na reabertura dos trabalhos parlamentares, que ontem teve lugar, uma intervenção política centrada no caso Moderna e na crise directiva na Polícia Judiciária. Dada a relevância desta alocação de António Costa face ao actual momento da vida pública, o "Acção Socialista" publica-a na íntegra sem qualquer tratamento jornalístico a não ser a atribuição do título e subtítulos.

A reabertura dos trabalhos parlamentares ocorre num momento marcado por duas questões graves que ameaçam a credibilidade das instituições e que a Assembleia da República não pode ignorar.

Por um lado, a crise directiva na Polícia Judiciária veio suscitar dúvidas sobre o empenho e determinação deste Governo no combate ao crime económico e financeiro, à fraude e evasão fiscais; por outro lado, a recente divulgação à opinião pública de trechos do relatório final da Polícia Judiciária sobre o "caso Moderna" suscita novas dúvidas sobre o envolvimento do actual ministro de Estado e da Defesa Nacional neste escândalo.

A democracia é o regime da transparência e convive mal com suspeições ou com dúvidas sobre a idoneidade dos que a servem. A defesa das instituições democráticas exige-nos por isso frontalidade e urgência no apuramento da verdade.

A gravidade destas questões exige muita serenidade e responsabilidade. Recusamos a realização de um inquérito parlamentar à Polícia Judiciária e consideramos prematuro decidir da realização de um inquérito parlamentar à actuação do Governo neste caso. A senhora ministra da Justiça deve ter a oportunidade de se explicar. Tem de fazê-lo com urgência e dissipar as dúvidas, todas as dúvidas, que adensa com o seu silêncio.

É também urgente o cabal esclarecimento do envolvimento do senhor ministro de Estado no escândalo Moderna.

Antes do início desta sessão, fiz entrega ao senhor presidente, ao Governo e demais líderes parlamentares, de cópia integral do relatório da Polícia Judiciária que me foi enviado pelo procurador-geral da República, em resposta a solicitação que lhe dirigi.

Com prudência e responsabilidade, o Partido Socialista aguardou esta resposta oficial, para se pronunciar sobre esta questão.

A leitura do relatório configura um quadro novo, da maior gravidade, que não era possível descortinar nas referências esparsas publicadas na comunicação social.

O relatório confirma os factos já noticiados, de receitas ou despesas duvidosas e não justificadas. Indicia a utilização de bens sociais para fins pessoais. Suscita diversas questões de natureza fiscal. Mas coloca, sobretudo, uma questão central e de fundo, expressa com muita clareza nas conclusões da Polícia Judiciária:

"Concluimos nesta parte, que quer a Amostra quer a Boas Festas mais não representavam que extensões financeiras da Dinensino, concebidas pelo JBG para, utilizando terceiros,



dar origem a saídas financeiras da cooperativa e justificar pagamentos para a sua, do JBG, esfera privada, isto é, entre a Dinensino e a sua própria pessoa o JBG limita-se a colocar a Amostra e as Boas Festas, visando criar aparências de uma circulação legítima do dinheiro." (cfr. Fls. 8342).

Não estamos pois perante meras operações casuísticas cuja explicação suscita dúvidas. O que resulta do relatório é esta ideia central que as empresas geridas, pessoal e exclusivamente, pelo actual Ministro de Estado e da Defesa eram instrumento, elemento integrante, do esquema engendrado, para subtrair dinheiro da cooperativa Dinensino.

Explica a Polícia Judiciária: *"Encontrando-se largamente dependente da boa vontade do JBG para libertar as verbas de financiamento, a Amostra encontrava-se também constrangida a corresponder às solicitações do JBG no sentido de lhe serem disponibilizadas quantias para fins menos claros."* (cfr. Fls. 8317).

O relatório consubstancia pormenorizada e documentadamente estas conclusões.

As sociedades Amostra e Boas Festas são constituídas em Setembro e Outubro de 1997, a primeira com sede na Moderna, a segunda com sede no próprio escritório do José Braga Gonçalves. Ambas as sociedades são constituídas por sócios de favor, a pedido do actual ministro, que, não sendo sócio, assume em exclusivo a gerência, que só abandona em Dezembro de 1998, meses depois de assumir a liderança do CDS-PP.

Estas sociedades revelam-se negócios ruinosos. Só vivem do financiamento desviado da Dinensino. Financiamento que prossegue, mesmo depois da cessação da actividade, em

mais de 15.000 contos!

Em contrapartida, através da Amostra e das Boas Festas, são transferidos para o José Braga Gonçalves largos milhares de contos. Só entre Outubro de 97 e Março de 98, 16.350 contos, por cheques emitidos pelo actual ministro de Estado e da Defesa Nacional.

Segundo o relatório da Polícia Judiciária, *"o JBG invocava falsamente a exigência de honorários, que o Dr. Paulo Portas pagava sem discutir"* (cfr. Fls.8341).

Acrescenta a Judiciária: *"A inexistência de justificativo para as transferências de dinheiro da Dinensino para a Amostra e a circunstância de o JOSÉ BRAGA GONÇALVES ser o beneficiário de algumas das saídas de dinheiro da mesma Amostra, fazem admitir a existência de um acordo visando tal circulação de dinheiro: o José Braga Gonçalves apenas libertava o dinheiro da Dinensino se tivesse garantido que o mesmo também pudesse ser encaminhado para suportar as suas despesas pessoais."* (cfr. Fls.8328).

Responsabilidade política

Não citei recortes de jornal, nem dei voz à suspeição infundada. Citei, resumidamente, o relatório final da investigação da Polícia Judiciária.

Fi-lo porque, estou certo, a gravidade dos factos os surpreende tanto como eu próprio me surpreendi ao ler o relatório.

Num Estado de Direito, existe uma diferença fundamental entre a responsabilidade cível, fiscal ou criminal, que se afere pela adequação de um dado comportamento à Lei, e que só às autoridades judiciárias cabe apurar, da

responsabilidade política, que afere da idoneidade e credibilidade para o exercício de cargos políticos, e que a esta Assembleia cabe apurar quanto a quem exerce funções governativas.

Nenhuma confusão pode existir entre estes dois tipos de responsabilidade. Pode haver ilícitos, até penais, que não desqualificam para o exercício de cargos governativos. Há comportamentos que, ainda que não sejam ilícitos, afectam a credibilidade para o exercício de cargos políticos.

Temos total confiança no sistema de justiça para apurar eventuais responsabilidades cíveis, fiscais ou penais. Não podemos, nem devemos, renunciar ao exercício das nossas próprias competências.

No caso concreto, aliás, não tendo estes factos sido objecto de acusação, não são, consequentemente, objecto do julgamento que está em curso, pelo que não se coloca sequer a questão de saber se devemos aguardar pela sua conclusão.

Gente de bem

Não nos arrogamos de superioridade moral, nem pretendemos dar lições de moral aos outros. Mas é nosso dever recordar ao actual ministro de Estado e da Defesa Nacional as suas próprias lições de moral. Não, não o acompanhamos, nos julgamentos sumários, nem direito de defesa. Somos gente de bem e não nos anima o espírito de talião.

Acompanha-mo-lo, sim, na exigência da verdade, em nome da dignidade das instituições: *"Não é digno, nem prudente, manter sem explicação um conjunto de actos da maior gravidade. A dignidade não pode ficar em suspeita"*; (Paulo Portas dixit, cit. "Expresso" de 14.09.02).

Sejamos muito claros. Tão ou mais preocupante que os actos praticados na gestão da Amostra e da Boas Festa é o senhor ministro de Estado e da Defesa Nacional não ter a clara consciência da sua gravidade, nem da premência de dar público e cabal esclarecimento sobre estes factos, perante a Assembleia da República.

O tempo oportuno passou. Resta ao senhor ministro de Estado diligenciar com carácter urgente a sua comparência nesta Assembleia, no plenário, em comissão, na conferência de líderes, para prestar todos os esclarecimentos que se impõem.

Manter o silêncio só pode significar a confissão, nas suas próprias palavras, que *"O facto de (...) achar que não tem nada a dizer é o sinal mais infeliz de quem tem algo a esconder"* (Paulo Portas, cit. Expresso 14.09.02).

PS/ÉVORA DENUNCIA

FALTA AO GOVERNO VISÃO ESTRATÉGICA PARA O ALENTEJO

O Secretariado da Federação do PS/Évora manifestou a sua "preocupação com a ausência de visão estratégica e o aparente desinteresse do Governo em relação aos grandes projectos de investimento cruciais para o desenvolvimento do Alentejo e do distrito de Évora e com a insensibilidade em relação a programas de âmbito social de grande importância para o bem-estar das populações".

Num comunicado, os socialistas eborenses denunciam "a ocupação ostensiva do aparelho de Estado e das instituições públicas por parte de elementos designados por critérios estritamente partidários" e lamentam "a hipocrisia do Governo na aplicação da legislação relativa aos touros de morte", solidarizando-se com os autarcas de Reguengos de Monsaraz "acusados de procurarem criar um facto político, quando se limitaram a interpretar o sentimento maioritário da população que representam".



SÃO BRÁS DE ALPORTEL

CONCELHIA ASSINALA RENTRÉE POLÍTICA



A Concelhia de São Brás de Alportel do PS assinalou, no passado dia 4, a "rentrée" política, com um jantar-convívio, que juntou militantes e simpatizantes e amigos numa grande jornada de confraternização.

"União e desafio" foram as palavras de ordem do discurso de António Eusébio, presidente da Concelhia. "União, em torno de um projecto que sonhámos para São Brás de Alportel e que hoje, oito meses depois da vitória do PS, está mais perto da realidade; desafio, porque vivemos tempos difíceis no país, porque temos de ser ainda mais activos na defesa dos interesses da nossa terra e do nosso país", disse.

O líder da Concelhia afirmou ainda que Portugal "vive momentos conturbados", com a "instabilidade a crescer", e com "um Governo que ainda antes de ser Governo, começou por prometer cortes às autarquias".

GUARDA

PS DENUNCIA SUBSTITUIÇÕES POR CRITÉRIOS POLÍTICOS



O PS/Guarda considera "uma verdadeira vergonha que funcionários sejam substituídos, por critérios políticos, em lugares que nunca, em quase 30 anos de democracia, tinham sido politizados."

Os socialistas, em comunicado, denunciam situações que no seu entender são lamentáveis, dando como exemplos "o despedimento de vários funcionários do Centro de Área Educativa e dos coordenadores concelhios do ensino recorrente".

Para o PS, é ainda lamentável que "o governador civil entenda por normal que o distrito da Guarda não seja contemplado com um Centro de Formalidades de Empresas".

Neste comunicado, o PS afirma que "é triste, que a responsável política do PSD confunda opções políticas com problemas administrativos e processuais", Os socialistas aproveitam ainda este documento para lembrar que o PSD deveria antes "esclarecer os cidadãos da Guarda sobre notícias da conta da sua campanha eleitoral autárquica e das relações, segundo os jornais, entre essa mesma candidatura e uma empresa e nunca desmentidas".

AVEIRO

EMBARCAÇÕES ELÉCTRICAS NAVEGAM NA RIA

As populações de Aveiro passaram a ter à sua disposição embarcações eléctricas de utilização gratuita. Trata-se de uma medida da autarquia socialista destinada a assinalar a Semana da Mobilidade.

Através dos principais canais da cidade, entre paragens devidamente assinaladas, os barcos farão um percurso de 1750 metros, podendo de futuro, ser "dilatado para três ou quatro quilómetros", afirmou o vereador Eduardo Feio.

A cidade de Aveiro receberá também uma reunião do Conselho de Administração da Associação Europeia de Veículos Eléctricos, sediada em Bruxelas.

O vereador socialista Eduardo Feio acrescenta que a Câmara de Aveiro, já veterana do Dia sem Carros, pretende "proporcionar aos cidadãos oportunidades para se deslocarem a pé e utilizarem a bicicleta e os transportes públicos, em vez do automóvel privado".

CULTURA

OLIVEIRA MARTINS PRESIDE AO CNC



Guilherme d'Oliveira Martins sucede a falecida Helena Vaz da Silva na presidência do Centro Nacional de Cultura (CNC).

O deputado do PS, que ocupava as funções de vice-presidente no CNC, assumiu, a partir de ontem, a liderança de uma das mais prestigiadas instituições culturais do País.

Num comunicado à Imprensa, a actual direcção do centro enfatiza: "A melhor homenagem que podemos fazer a Helena Vaz da Silva é, assim, prosseguir a sua alegria de viver, continuar o seu programa e os seus projectos, que assumimos plenamente como equipa enquanto património a aprofundar e a desenvolver".



“O esforço” do Governo de direita e dos partidos que o apoiam na Assembleia da República de tentarem “puxar o PS para o folclore político” é “inútil”, assegurou Ferro Rodrigues durante o plenário sobre o caso Moderna em que também se manifestou pronto e disponível para debater este assunto com o líder do CDS-PP, “hoje (ontem) mesmo e a qualquer hora”, mas não na

televisão. “Paulo Portas é especialista em transformar a política numa telenovela da vida real. Aceito o repto de debater e esperarei por ele o tempo que for necessário, aqui, no Parlamento”, reagiu o secretário-geral socialista. Antes de Ferro Rodrigues, o presidente da bancada do PS lembrou o alegado envolvimento

CASO MODERNA

PS NÃO ALINHA EM FOLCLORE POLÍTICO

Celeste Cardona no caso Moderna, sublinhando que o professor universitário Saldanha Sanches, marido da ex-responsável pela Direcção Central de Investigação e Combate ao Crime Económico Maria José Morgado “disse preto no branco que a ministra da Justiça tentou impedir as investigações à Universidade Moderna para proteger Paulo Portas”. “Perante afirmações tão graves, é espantoso que tenham passado 15 dias sem que a senhora ministra da Justiça tenha apresentado a sua demissão, ou tenha processado o professor Saldanha Sanches”, concluiu António Costa. O líder parlamentar socialista respondeu ainda às acusações de que estaria a lançar suspeitas e insinuações sobre o envolvimento de Paulo Portas no caso Moderna, lembrando que a sua

intervenção inicial fora totalmente baseada em factos apurados no relatório final da Polícia Judiciária (PJ). “A Polícia Judiciária não é uma instituição que vos mereça respeito, pode alguma vez ser um instrumento de uma cabala ou de uma conspiração”, perguntou Costa. Após citar os factos apurados pela PJ nas relações entre as empresas geridas por Paulo Portas (Amostra e Boas Festas) e a entidade gestora da Universidade Moderna (a Dinensino), o presidente do Grupo Parlamentar do PS afirmou que só restava uma conclusão: “Ou a Polícia Judiciária mentiu, ou mentiu Paulo Portas”, exigindo, de seguida, que, após ter perdido o tempo oportuno, Paulo Portas se explique no Parlamento”.

FERRO RODRIGUES LEMBRA

AUMENTO DA PRODUTIVIDADE NÃO PASSA PELAS LEIS LABORAIS

O secretário-geral do PS sublinhou que “o aumento da produtividade liga-se também a uma melhoria da capacidade de organização das empresas e a um aumento da qualificação das pessoas”, relativizando a importância de alterar a legislação laboral para um aumento da competitividade e produtividade do País, face ao alargamento da União Europeia. Ferro Rodrigues lembrou, a propósito, que “com esta legislação laboral Portugal já teve altas e baixas taxas de crescimento”.

Ferro Rodrigues falava após um encontro com o Presidente da Hungria, Ferenc Mádl, a quem manifestou o apoio do PS ao processo de alargamento da União Europeia.

“O PS não tem uma visão egoísta e economicista em relação à União Europeia e entende que os países candidatos ao alargamento devem ser



tratados da mesma forma que Portugal na década de 80”, quando aderiu à Comunidade Económica Europeia”, sublinhou.

Ferro Rodrigues afirmou também que o alargamento da União Europeia “representa um desafio para Portugal”, mas recusou-se a

encarar a necessidade de um rápido aumento da produtividade nacional unicamente com base na revisão da legislação laboral. “O aumento da produtividade liga-se também a uma melhoria da capacidade de organização das empresas e a um aumento da qualificação das pessoas. Com esta legislação laboral, Portugal já teve altas e baixas taxas de crescimento”, sustentou o secretário-geral do PS, que, no entanto, se mostrou aberto “a um ajustamento” nas leis do trabalho. Interrogado sobre a possibilidade de cerca de 25 mil professores ficarem este ano lectivo sem colocação, Ferro Rodrigues considerou “preocupante” essa situação e apelou ao Governo para “manter as políticas activas de emprego”.

Desemprego dos professores

“O Governo não pode pensar que o mercado por si só resolve o problema do desemprego”, sustentou o líder socialista, salientando a especial gravidade em que se encontra agora cada cidadão sem trabalho, já que as expectativas de recuperação económica não permitem optimismo até 2003.

ESTA PÁGINA NÃO PODE FICAR EM BRANCO.

O "Ação Socialista" é um jornal feito para você, militante, colaborador e amigo do Partido Socialista.

É um espaço aberto a todos aqueles que queiram dar a sua opinião e contribuir para o debate, sempre tão necessário.

O destacável com a segunda versão da Declaração de Princípios e o relatório da Revisão dos Estatutos que está a receber é um bom começo para uma discussão franca e aberta. Envie o seu artigo de opinião, dê sugestões, critique, aplauda e participe.

ESPAÇO ABERTO

O espaço do leitor. O seu espaço.



AÇÃO
SOCIALISTA

LEI DE ESTABILIDADE ORÇAMENTAL

SOCIALISTAS VÃO PEDIR INCONSTITUCIONALIDADE

Os socialistas açorianos reiteraram que a Lei de Estabilidade Orçamental atenta contra as autonomias regionais e por isso vão pedir a sua inconstitucionalidade.

Segundo o presidente do Executivo regional, Carlos César, a Lei de Estabilidade Orçamental coloca em causa a transferência de recursos financeiros para o arquipélago, assim como atenta contra a independência orçamental, que é constitucional e estatutariamente atribuída à região autónoma. O diploma, frisou o governante, configura um «autêntico golpe de Estado contra as autonomias regionais». A Assembleia Legislativa Regional dos Açores vai pedir, até final do ano, a inconstitucionalidade da Lei de Estabilidade Orçamental. Segundo o presidente da Comissão de Economia do Parlamento açoriano, o socialista Dionísio Sousa, a norma «põe em causa a independência regional».

Em causa estão as implicações da Lei de Estabilidade Orçamental na legislação que regula as relações financeiras entre o continente e as regiões autónomas. Os fundamentos do pedido vão ser preparados por uma subcomissão criada na semana passada que irá recolher pareceres sobre a matéria.

O parlamentar socialista acrescentou que o pedido da Assembleia Regional deverá ser



entregue no Tribunal Constitucional até final do ano.

O principal argumento para o pedido de inconstitucionalidade refere-se às implicações que esta Lei tem na legislação que regula as relações financeiras entre os governos da República e regiões autónomas.

«Esta norma diz respeito ao Orçamento da Assembleia da República e não aos orçamentos regionais. Esse perigo da autonomia, da independência da região, que a Lei de Finanças garantiu e que a Lei de Estabilidade põe em causa, é o núcleo da divergência», disse Dionísio Sousa.

PARLAMENTO

CONTINUA IMPASSE SOBRE NOVO REGIMENTO

A Comissão de Assuntos Constitucionais decidiu conservar o *quorum* mínimo de um quinto do total de deputados (230) presentes no hemiciclo para que os trabalhos possam funcionar em plenário.

Nos últimos meses, para obrigar a uma presença mais assídua dos deputados em plenário, ponderou-se a hipótese de elevar o *quorum* mínimo para dois quintos, mas essa ideia acabou por cair.

Na reunião foi também decidido adiar a votação na especialidade e final global da reforma do Parlamento para o dia 26 de Setembro, mantendo-se o dia de amanhã para o debate na generalidade.

Apesar da tentativa do Grupo Parlamentar do Partido Socialista de ultrapassar as divergências entre os partidos do Governo (PSD e CDS) e o PCP mediante a apresentação uma proposta de distribuição de tempos em plenário, o impasse prevaleceu.

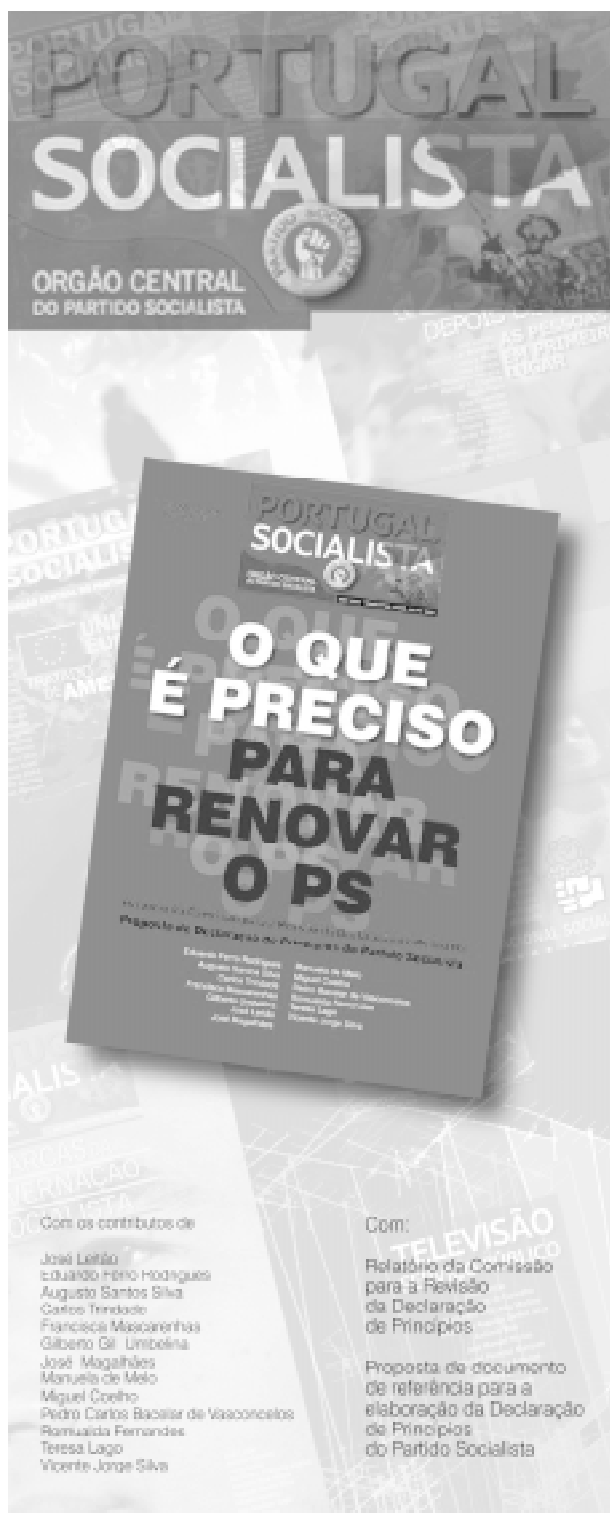
A proposta do PS era “intermédia”, segundo o parlamentar socialista Osvaldo Castro, por recusar a continuidade das actuais regras na distribuição de tempos para debates em plenário,

mas também por não sendo tão restritiva para os pequenos grupos parlamentares, “como pretendem laranjas e populares.

Assim, em caso de aprovação deste diploma, se uma proposta do Governo for agendada para debate em plenário, seriam igualmente debatidos, por arrastamento, todos os projectos sobre o mesmo tema que já tivessem dado entrada na mesa da Assembleia da República. Nessa situação, todos os autores das iniciativas legislativas - Governo ou grupos parlamentares - usufruiriam direito ao tempo máximo em debate. Deixaria, pois, de ser possível que o Governo agende em conferência de líderes uma proposta sobre um determinado tema e que, posteriormente, outras bancadas apresentem também projectos, beneficiando de idêntico tempo em debate.

No entanto, a proposta do PS não obteve consenso, bem como a sua intenção de inserir no Regimento da Assembleia da República a figura da interpeleção à câmara, no qual uma bancada pode levantar um tema considerado de urgência no início dos trabalhos em plenário.

M. R.



EDUCAÇÃO

CHUVA DE CRÍTICAS NO INÍCIO DO ANO ESCOLAR

O arranque do ano lectivo nos ensinos básico e secundário ficou marcado por um clima de grande conflitualidade. O Governo de coligação PSD/PP, em menos de meio ano de actividade, instalou um conjunto de polémicas na educação que em nada contribuem para a qualidade do sistema, gerando ansiedade e descontentamento nos diversos parceiros sociais do sector. Na agenda nacional consta já a promessa de muita mobilização e de uma greve geral.

A tudo isto, a tutela responde com atitudes antidemocráticas, fugindo compulsivamente a dar explicações no forum parlamentar.

Para quem "herdou um País de tanga", a administração Durão/Portas continua a cortar fitas alheias, agora nas escolas superequipadas, projectadas e construídas durante a governação socialista.

Uma chuva de denúncias, críticas e indignação assinalou o começo das aulas para os alunos dos ensinos básico e secundário, na passada segunda-feira.

À polémica em torno da revisão curricular no ensino básico, juntaram-se o caso do aumento dos preços dos manuais escolares, a diminuição do número de alunos, as condições de funcionamento e as consequências do encerramento das escolas, bem como a controvérsia a propósito das mexidas no calendário escolar dos educadores de infância. Face à obrigatoriedade do ensino da disciplina de Religião e Moral no 1º ciclo, a oposição

socialista tem sido determinada, denunciando que esta alteração desrespeita o pluralismo religioso, uma vez que será muito difícil as escolas facultarem a disciplina em todas as religiões reconhecidas em Portugal.

A deputada do PS Ana Benavente tem feito várias intervenções no sentido de salientar que esta medida governativa é inconstitucional, já que viola o princípio da separação do Estado e da Igreja e o direito à não religião. Esta atitude foi secundada posteriormente pelas bancadas do PCP e do Bloco de Esquerda.

Acréscimo que os parlamentares socialistas consideram que apesar da frequência da disciplina não ser obrigatória, os pais não são obrigados a inscrever os filhos, já que não são apresentadas alternativas para os alunos que não estiverem inscritos.

Para protestar contra a alteração, a Juventude Socialista entregou esta em São Bento um conjunto de livros religiosos, como a Bíblia, o

Corão e o Talmude.

A secretária-geral da JS, Jamila Madeira, afirmou que a iniciativa visou lembrar ao Executivo de direita que na "sociedade portuguesa existe pluralismo religioso e que a Constituição da República Portuguesa fala de um Estado laico e do direito à não religião". Entretanto, o ministro David Justino, no seu melhor, não bastasse a situação de desassossego instalada no sector educativo, veio a público tentar dispersar atenções acusando os editores e livreiros de fazerem "especulação" com os preços dos manuais escolares, provocando a inflação dos mesmos. Estas acusações à queima-roupa são acompanhadas de pouco ou nenhum esclarecimento, o que provocou a indignação dos visados.

Ainda no que respeita ao material de apoio à aprendizagem, debate-se agora a intenção governativa de desenvolver um sistema de

empréstimo de livros a alunos de menores recursos que, para além de não ser novidade, carece ainda da explicitação do conceito e critérios que fixarão quem será ou não será considerado "carenciado".

Outra das questões quentes do período de regresso às aulas prende-se com a não colocação de milhares de professores. Enquanto o Governo lava as mãos dizendo não há dinheiro para todos e que o "Ministério da Educação não é um centro de emprego" - nas palavras do primeiro-ministro -, a Federação Nacional dos Sindicatos de Educação (FNE) afirmou estar disponível para participar numa eventual greve geral se forem tomadas "medidas gravosas" no quadro da legislação laboral e da administração pública.

Por seu lado, o Sindicato dos Professores do Norte considera que "há outras matérias que vão levar à mobilização" dos docentes. A saber: a anunciada revisão da Lei de Bases do Sistema Educativo; a avaliação dos professores, que na acabará por ser baseada na *performance* dos alunos de cada docente, deixando de lado o desempenho do próprio professor; o subfinanciamento do ensino superior; e a "atitude antinegocial" já demonstrada pelo ministro David Justino.

No capítulo do ensino superior, o ministro Pedro Lynce também não satisfaz a crítica. Tentando tapar o sol com uma peneira, o governante alega que o financiamento para 2003 será igual ao deste ano, mas os números mostram que não é verdade. Na verdade, para as universidades, o Governo propõe atribuir, no próximo ano, menos de 1,1 por cento do que aquilo que se prevê que elas gastem até ao fim de 2002.

Os sindicatos alertam para o facto de a generalidade das instituições não terem dinheiro para honrar os seus compromissos até ao final de Dezembro, sendo que esta "difícil" situação financeira terá severas repercussões por reflectir-se na actividade docente e, consequentemente, na qualidade de ensino.

MARY RODRIGUES

CRISE VOLTOU AO ENSINO DE PORTUGUÊS NO ESTRANGEIRO

Ganhas as eleições, logo a coligação PSD/CDS "esqueceu" as promessas feitas às comunidades durante a campanha eleitoral.

Nas políticas direccionadas para as comunidades portuguesas, nomeadamente na área da educação, os efeitos negativos de uma política negligente são notáveis. O ensino do português e da cultura portuguesa além fronteiras nunca foi uma prioridade para o PSD. Só em França, nos anos 80/90, suprimiu cerca de 300 professores. Pelo contrário, com a administração socialista, aumentou, em todos os países com rede oficial, o número de professores, cursos e alunos.

Segundo o deputado Carlos Luís, "o que se passa com a abertura do ano escolar nas comunidades portuguesas só é comparável em países terceiro-mundistas".

"Milhares e milhares de alunos sem aulas; professores sem colocação; coordenações de ensino sem instruções por parte do governo para contratarem professores, trabalhadores saneados nas coordenações de ensino", explica ao "Acção Socialista".

Indignado com a regressão às velhas políticas da era cavagista, Carlos Luís exige que o Governo não se desresponsabilize das suas obrigações como o fez na Suíça, onde entregou o ensino do português a uma cadeia de supermercados.

M.R.

JUSTIÇA

CASOS POLÉMICOS ENSOMBRAAM NOVO ANO

A abertura do ano judicial começou mal para a ministra "popular" Celeste Cardona, que se tem escapado recorrentemente a dar explicações sobre as demissões na direcção da Polícia Judiciária (PJ).

A titular da pasta da Justiça vai, pela segunda vez em duas semanas, ao Parlamento para tentar clarificar a polémica que envolve a polícia de investigação criminal portuguesa, uma presença exigida pelos deputados do Partido Socialista e secundada pela bancada do BE.

Em causa estão a salvaguarda e a seriedade, o rigor e a eficácia de uma importante instituição de prevenção e repressão do crime de colarinho

branco.

Receia-se que todas as acusações que pairam sobre a PJ afectem o sentimento de segurança dos cidadãos, criando-se uma situação de desconfiança na corporação.

Recorde-se que o semanário *O Independente* noticiou recentemente a alegada existência de "escutas ilegais na Judiciária", suspeita que gerou um clima de crescente mal-estar e que motivou mudanças na direcção nacional desta instituição. A situação só uma semana depois merecia do director da instituição um comunicado desmentindo a notícia. A bem da corporação, essa nota deveria ter vindo a público no dia seguinte.

Nos termos da lei, nomeadamente no normativo do Código de Processo Penal (CPP) relativo aos meios de obtenção de prova estabelece os casos em que podem ser ordenadas ou autorizadas as escutas telefónicas.

As cautelas nesta matéria prendem-se com a necessidade de assegurar o direito à protecção da privacidade e do sigilo da correspondência e de outros meios de comunicação privada, que só admite excepções no âmbito da investigação criminal.

Assim, o artigo 187º do CPP fixa que "a interceptação e a gravação de conversações ou comunicações telefónicas só podem ser

ordenadas ou autorizadas por despacho do juiz" de instrução criminal, definindo ainda o elenco de crimes em que esta obtenção de prova é permitida.

A decisão do juiz terá em conta a existência de razões poderosas que levem a crer que "a diligência se revelará de grande interesse para a descoberta da verdade ou para a prova". Mas, mesmo na presença destas premissas, certas formalidades posteriores às gravações terão de ser igualmente cumpridas, sendo apenas os "dados relevantes" os que serão transcritos, e os não relevantes destruídos.

MARY RODRIGUES

AFONSO CANDAL

GOVERNO MERCANTILIZA SAÚDE

Nem os hospitais escapam à lógica mercantilista do Executivo de direita. Afonso Candal alerta, em entrevista ao "Acção Socialista", para o desinvestimento que o Governo se prepara para fazer no Sistema Nacional de Saúde, desferindo, a longo prazo, um duro golpe no princípio da igualdade na prestação de cuidados.

O coordenador socialista da Comissão Parlamentar da Saúde defende que a lógica da quantitativa da produtividade não deve sobrepor-se à óptica de responsabilidade num sector em que estão em jogo vidas humanas.

Quanto aos genéricos, Candal adverte que o PS só dará o seu aval na Assembleia da República a um diploma que salvaguarde a prescrição destes medicamentos, mediante a manutenção da relação de confiança entre médico e doente e a preservação da indústria farmacêutica nacional.

A forma como este Governo diz querer acabar com as listas de espera nos hospitais não é uma forma encapotada de transferir a resolução do problema para o sector privado, dando assim um golpe no Serviço Nacional de Saúde (SNS)?

Claramente que sim. Só não considero que seja encapotada visto a própria estrutura do programa especial de recuperação das listas de espera ter sido resultado de consultas prévias aos agentes privados. No fundo, o que este Governo fez, foi perguntar aos privados em que é que estavam interessados, ficando o SNS com os casos mais difíceis, mais dispendiosos, com os doentes de maior risco (os menos apetecíveis para quem visa o lucro) em vez de ter calculado as potencialidades do SNS tendo em conta a capacidade instalada e, numa lógica de complementaridade, ter solicitado a participação legítima e desejável dos sectores privado e social em áreas onde a resposta do SNS não fosse totalmente satisfatória.

Como analisa o facto do Governo ter prometido que ia acabar com as listas de espera de consultas e cirurgias e aparecer agora com um mero programa dirigido apenas às cirurgias?

Desde logo não devemos desvalorizar a importância do combate às listas de espera, sejam elas quais forem. Devemos sim questionar a forma como se pretende fazê-lo.

O Governo optou por apenas considerar as cirurgias, por um lado, porque quanto menos consultas houver, menos indicações para cirurgia haverá e assim menos probabilidade de aumentarem as listas de espera. Por outro, se considerarmos que as margens de lucro das



consultas serão menores do que as das cirurgias, percebemos como são menos atractivas para certos "apetites".

Para além do plano formal, considera que a solução encontrada pelo Executivo para pôr fim às listas de espera garante a igualdade dos cidadãos?

O problema principal coloca-se a prazo. Mesmo admitindo que neste processo de resolução das listas de espera seja garantida a igualdade entre cidadãos (o que não é para já certo), o facto é que o desinvestimento no SNS terá como consequência a desmotivação e a possível saída de profissionais competentes do sector público para o privado. Será, no entanto, para esse SNS diminuído que serão encaminhadas as situações mais graves, de maior risco e os doentes mais idosos. Aqui sim teremos um problema gravíssimo de desigualdade visto para os mais doentes e com menos possibilidades financeiras ficarem destinados os serviços mais debilitados.

É realista, como disse o ministro, afirmar que o problema das listas de espera está resolvido em dois anos?

Mesmo no exacto teor da afirmação do ministro, não. O ministro afirmou que as listas de espera para cirurgias existentes hoje estarão resolvidas em dois anos, ou seja, não considera as novas situações de espera ao longo desses dois anos. Ora se o SNS hoje gera listas de espera, o desinvestimento que o ministro se prepara para pôr em marcha em nada melhorará a situação. Por isso é que (como o anterior Governo fez) um programa deste tipo deve começar por maximizar as prestações do SNS e até reforçá-las por forma a que a capacidade de resposta seja plena e imediata. As listas de espera não são o problema, mas antes uma consequência. Resolver o problema é apostar no SNS, sem prejuízo de se continuar o esforço de recuperação das situações pendentes.

Do ponto de vista estritamente orçamental, estas medidas não irão obrigar a novos orçamentos rectificativos uma vez que vão provocar um aumento do défice?

O ministro já disse que não (a verba prevista para

este fim não foi alterada pelo último rectificativo), mas, mais recentemente, já deu indicações que pode vir a dizer que sim.

O problema é que até hoje o Governo ainda não forneceu os números das listas de espera como se tinha comprometido no final de Julho. Será que o Governo sabe de facto quais são os números? Deve, no entanto, saber que foi o Governo do PS que estabeleceu que um por cento das verbas destinadas à saúde fossem canalizadas para a recuperação das listas de espera.

Sendo que o PS inscreveu no seu programa eleitoral a prescrição de genéricos como uma medida a implementar, como encara a decisão do último Conselho de Ministros?

O PS naturalmente que vê com bons olhos o aumento do consumo de medicamentos genéricos por diminuição dos restantes. No entanto, este objectivo pode ser atingido de diversas maneiras. Assim, não podemos ter uma posição final antes de conhecer os exactos termos da legislação que o Governo pretende pôr em prática, tanto mais que já nos vão habituando a proclamar objectivos muito correctos e nobres e a legislar em sentido diverso.

Do seu ponto de vista estão salvaguardadas a segurança da prescrição e a relação médico/doente?

Terão inevitavelmente que estar. Estas são duas das tais condições absolutamente necessárias para que o PS possa manifestar a sua concordância face as medidas em causa.

Esta nova política do medicamento, sem outras contrapartidas, não pode pôr em causa a indústria farmacêutica de origem portuguesa?

Esse risco de facto existe. A salvaguarda da indústria farmacêutica nacional é outra exigência central. Esta não é apenas mais uma área económica, deve ser considerada estratégica, podendo mesmo ser vista como relevante para a nossa soberania. Lembremo-nos que as recentes cheias na Alemanha chegaram a pôr em causa o fornecimento de aspirinas a grande parte da Europa.

O modelo de gestão hospitalar que o Governo pretende pôr em prática não poderá mercantilizar a prestação de cuidados de saúde?

O seu objectivo central não é outro senão esse. A lógica de livre concorrência entre os sectores público, privado e social é uma lógica de mercado. As campanhas promocionais dos hospitais serão uma certeza; a apresentação de indicadores de sucesso uma realidade e os doentes de maior risco e que podem prejudicar os indicadores de determinada instituição ou prejudicar os rácios de rotação de camas serão também livremente recusados e encaminhados para o SNS. Interessa, a este propósito, saber quais serão os meios de fiscalização para que não entrem pelas urgências do SNS as situações de complicações pós-cirúrgicas realizadas no privado. Sem esta salvaguarda poderemos estar perante um cenário absurdo e inaceitável de transformação de listas de espera em situações de urgência, sacrificando os doentes,

sobrecarregando os serviços públicos mas, no entanto, financiando as instituições privadas.

Um dos maiores problemas da saúde é o da produtividade. O que devia ser feito para aproveitar melhor os recursos humanos e materiais de hospitais e centros de saúde?

O conceito de "produtividade" aplicado à saúde exige algumas adaptações. Não basta atender, consultar e operar em quantidade. É da vida de pessoas que estamos a falar. Os índices de qualidade deverão sempre ser prioritários em qualquer avaliação. É esta óptica de responsabilidade na prestação dos cuidados de saúde e na boa gestão dos recursos públicos que deve ser estimulada. Por outro lado, os instrumentos legais e administrativos devem ser adaptados aos tempos actuais. Algumas experiências foram realizadas: Amadora/Sintra, Hospital da Feira, Hospital de Matosinhos. Assim, há neste momento determinados instrumentos já testados e que devem ser legalmente disponibilizados a todos os Hospitais (aos novos e aos clássicos). Era este o teor da proposta do PS de uma nova lei-quadro da gestão hospitalar (mantendo o SNS como a coluna vertebral de todo o sistema) que a maioria PSD/PP reprovou liminarmente.

Como interpreta o facto de uma das questões centrais do bom funcionamento da saúde, os recursos humanos, não ter ainda recebido do Governo qualquer atenção?

Por incapacidade política ou má consciência. Incapacidade por este ser o Governo do não-diálogo, um Governo sem ideias muito claras sobre os caminhos que pretende trilhar logo, pouco disponível para os discutir e explicar. Por má consciência pois, em algumas medidas, os objectivos não serem porventura os mais nobres - situações essas prontamente identificadas pelos profissionais da área. O Governo infelizmente ainda não percebeu que vale mais um profissional de mãos nuas do que o equipamento mais moderno sem um utilizador competente - vícios vindos da indústria robotizada.

A má distribuição e escassez de médicos e enfermeiros compromete uma prestação eficaz dos cuidados de saúde. O que devia ser feito para acabar com esta situação?

As medidas correctivas principais foram já implementadas pelo anterior Governo: aumentar o número de Faculdades de Medicina e de Escolas Superiores de Enfermagem. Infelizmente estas medidas demoram tempo a ter efeito (um médico especialista, p. ex., demora 10 anos a formar-se desde que entra na faculdade).

Esta realidade, que ainda não atingiu o seu nível mais problemático, é ainda agravada por esta incompreensível aposta deste Governo no sector privado. "A manta é curta". Se passar a haver mais profissionais dedicados à iniciativa privada, necessariamente haverá menos nos serviços públicos (os serviços de fim de linha onde os médicos não podem reenviar os doentes para outros hospitais). A gravidade das recentes medidas deste Governo decorre da desestruturação a prazo dos nossos actuais serviços de ponta de uma forma muito dificilmente recuperável.

CRISE NO IRAQUE

INTERNACIONAL SOCIALISTA REJEITA GUERRA PREVENTIVA

A Internacional Socialista (IS) não aceita uma "guerra preventiva" contra o Iraque. A declaração foi expressa pelo presidente da organização em mensagem divulgada a semana passada.

Segundo António Guterres, "qualquer acção contra o regime iraquiano deve ser baseada num amplo consenso da comunidade internacional e em conformidade com uma resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas".

No entender da IS, o desafio imediato que o regime de Saddam Hussein coloca ao mundo é o de "não permitir a presença e a completa liberdade de movimentos dos observadores da ONU".

Assim, o primeiro passo, escreve Guterres, deverá ser "assegurar" essa presença e essa liberdade em solo iraquiano, pois "opções militares não devem ser vistas como primeiras opções".

M.R.



CONFLITO EUA-IRAQUE

SAMPAIO QUER SOLUÇÃO NO QUADRO DA ONU

O Presidente da República, Jorge Sampaio, alertou para "as consequências funestas para a ordem internacional" de uma intervenção unilateral contra o Iraque fora do quadro da ONU, defendendo que a União Europeia tem que "falar a uma só voz", pois "só assim será ouvida".

Num jantar com o seu homólogo da Hungria, Ferenc Mádl, de visita ao nosso país, Jorge Sampaio disse que, "apesar de todas as 'nuances' de opinião entre os parceiros, a



União Europeia tem todas as condições para se apresentar unida num ponto central e decisivo: qualquer intervenção militar só deve ser contemplada num quadro de legalidade internacional".

Segundo salientou o Presidente da República, "agir de outro modo representaria um verdadeiro convite à anarquia, que outros não deixariam de aproveitar, com consequências funestas para a ordem internacional".

Para Jorge Sampaio, "agir no respeito pelo direito internacional" é "uma exigência de que não devemos abdicar".

O Presidente da República reiterou que "só no plano multilateral poderemos encontrar as soluções para problemas que a todos dizem

respeito", alertando ainda que "se aqueles que têm mais possibilidades de o fazer não apontarem um caminho de solidariedade e de procura ordeira de soluções comuns para problemas globais que nenhum Estado pode sozinho resolver, então cada Estado não terá alternativa senão cuidar apenas do seu interesse individual, quantas vezes sem olhar a meios". Isto, frisou, "é a receita certa para aumentar a conflitualidade, a violência e a barbárie num mundo sujeito a grandes e crescentes tensões. Como o 11 de Setembro demonstrou é uma ilusão pensar que o poder e a riqueza nos colocam ao abrigo das consequências de uma globalização desgovernada".

J. C. C. B.

CÓDIGO DE TRABALHO

PRESIDENTE APELA AO CONSENSO E EQUILÍBRIO

O Presidente da República defendeu ser "absolutamente indispensável" uma concertação para ultrapassar as "questões complexas" ligadas à legislação laboral, sublinhando que uma maior produtividade só se consegue conjugando interesses de empresários e trabalhadores.

Ao intervir numa sessão na Câmara Municipal de Miranda do Corvo, no distrito de Coimbra, Jorge Sampaio aproveitou para mandar alguns recados ao Governo, ao considerar que "é preciso encontrar plataformas de equilíbrio



para ultrapassar questões que são necessariamente complexas", acrescentando que devem ser respeitados "os direitos de uns e de outros".

"Trabalhadores conscientes dos seus direitos e o respeito destes direitos é algo essencial para o bem-estar e dinamismo das empresas", vinco.

Se as empresas "não forem vistas como lugares de conjugação entre aquilo que é o contributo da gestão e dos sócios e aquilo que é o contributo dos trabalhadores" não será possível, sustentou Sampaio, no estado actual das coisas, uma produtividade acrescida".

A propósito Jorge Sampaio perguntou porque é que empresas de capital estrangeiro instaladas em Portugal têm índices de

produtividade semelhantes ao resto da Europa, salientando depois o que chamou bom desempenho dos trabalhadores portugueses emigrantes.

Na sua intervenção, o Presidente da República defendeu uma viragem para "redobrar a autoconfiança dos portugueses", capaz de garantir um desenvolvimento mais capaz e efectivo.

Preconizou, por outro lado, a necessidade de se investir mais na educação e formação, remetendo para segundo plano as acessibilidades. "Em boa hora, fizemos estradas, mas é doentio falar de exemplos como o da Irlanda, onde as estradas vão ser feitas agora, depois de se terem construído escolas", disse.

ANÍBAL LAMY

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL TEM TUDO A VER COM O SOCIALISMO DEMOCRÁTICO

Secretário-coordenador da recém-criada Secção de Desenvolvimento Sustentável, Aníbal Lamy refere que esta estrutura tem como objectivo central “fornecer ao partido um conjunto activo de informação, ideias e militância que ajude à afirmação do PS e do socialismo democrático como o projecto mais credível para conduzir Portugal nas vias do desenvolvimento sustentável, ou seja, dotado de um projecto de muito longo prazo para o País”. Salientando que um dos aspectos mais positivos da liderança de Ferro Rodrigues foi ter relançado o debate ideológico no PS, Aníbal Lamy mostra-se convicto de que “o partido renascerá mais forte do próximo Congresso”.

Segundo sublinha Aníbal Lamy, “o desenvolvimento sustentável tem tudo a ver com o socialismo democrático, dado que é na construção de um cenário de longo prazo que se distingue da visão de curto prazo neoliberal que anima o actual Governo”.

O militante desta semana do “Acção Socialista” fala com entusiasmo das iniciativas que a Secção tem agendadas para breve. “A Secção vai iniciar já este mês um ciclo de jantares-debate sobre o modelo de desenvolvimento do País; vamos também lançar um esboço do relatório anual do desenvolvimento sustentável do País que cobre o período 1986-2001; editar a publicação “Cadernos do Desenvolvimento Sustentável”; e durante o mês de Outubro esperamos abrir um website sobre o Fórum 2003, que será objecto de discussão pública”, explica.

Referindo que a Secção pretende com a sua acção que a questão do desenvolvimento sustentável faça parte integrante da proposta de Declaração de Princípios do PS, Aníbal Lamy revela que esta estrutura “pôs-se à disposição das federações e concelhias do partido com o objectivo de apoiar projectos em que as competências da Secção possam ser aproveitadas”.

Por outro lado, adianta, “lançámos um convite ao Gabinete de Estudos com vista a articularmos algum modo de trabalho em que possamos ser úteis ao Gabinete”.

Outro objectivo ainda “é proporcionar ao Grupo Parlamentar do PS informação e análise de forma a que este possa influenciar a acção governativa, a legislação e o partido”.

Militante atento à vida interna do partido, diz que aguarda com “grande expectativa” a reunião magna de Novembro”, porque, sublinha, “é um Congresso em que a grande família socialista vai poder encontrar-se de novo em torno de



PREFERÊNCIAS

Político nacional
Mário Soares

Político estrangeiro
Willy Brandt

Livro
“Os Lusíadas”

Escritor
Eça de Queiroz

Filme
“A Estrada Perdida”, de David Lynch

Música
“Requiem”, de Mozart

Músico
Peter Hammil



ideias e projectos. O partido renascerá mais forte do próximo Congresso”.

Este militante afirma, por outro lado, que a liderança de Ferro Rodrigues trouxe “inovação, discussão e combatividade, para além de um ponto extremamente positivo que é o relançar do debate ideológico, que é sempre bem-vindo”. Relativamente à revisão da Declaração de Princípios, considera que “é um passo louvável, de forma a actualizar o PS numa óptica de realimentar o seu espaço de intervenção, designadamente levando o partido a entender, ao nível dos seus princípios fundamentais, que o mundo mudou desde 1986”. Por isso, acrescenta, “é necessário que as reivindicações socialistas sejam alargadas com as novas realidades que vêm de um mundo globalizado em termos de comércio, informação, economia, ambiente, recursos, que cria permanentemente novas injustiças e novas oportunidades, precisando de um controlo ético, técnico e político”.

O camarada Aníbal Lamy sustenta ainda que o PS deve fazer “uma oposição mais antecipativa e prospectiva, obrigando o Governo a sair das acções de curto prazo e a trabalhar uma estratégia de fundo para o País, que decididamente não tem”.

J. C. CASTELO BRANCO

A CIMEIRA DE JOANESBURGO

DA ESTRATÉGIA GLOBAL À GOVERNAÇÃO GLOBAL



MARIA JOÃO RODRIGUES*

Depois de uma preparação de vários meses e que envolveu dezenas de milhares de actores, fica a pergunta: a Cimeira Mundial para o Desenvolvimento Sustentável valeu a pena? O que é que pode mudar na evolução do planeta a partir de agora?

A Cimeira valeu a pena, em primeiro lugar, porque gerou uma nova interacção entre os vários actores que devem ser envolvidos, dos governos nacionais e das organizações multilaterais aos poderes locais, empresas, sindicatos, agricultores, jovens e a uma enorme diversidade de organizações não-governamentais. Depois, porque na sucessão dos discursos dos líderes nacionais e das posições adoptadas ao longo de uma tensa negociação, ficaram mais claras as opções políticas em questão. Mas, sobretudo, porque foi delineada em Joanesburgo uma estratégia que permite promover o desenvolvimento em condições sustentáveis. Finalmente, porque se tornou evidente que esta estratégia exige uma reforma da governação global.

Numa perspectiva estritamente ambiental, averbaram-se algumas vitórias, mas também derrotas: o acesso à água e ao saneamento foi finalmente assumido como um objectivo central; o respeito da biodiversidade fez progressos mais marcantes, sobretudo no caso da pesca e das florestas; e o controlo do efeito de estufa poderá agora dar passos mais consistentes com a ratificação do Protocolo de Quioto. Mas a definição de metas mais precisas para a adopção de energias renováveis foi bloqueada por uma aliança entre os EUA e alguns dos países produtores de petróleo, perante os protestos de muitos dos presentes. O propósito da Cimeira de Joanesburgo não era, porém, tratar apenas de ambiente, mas de desenvolvimento sustentável, nas suas três dimensões, económica, social e ambiental. A tensão entre elas vai aumentar drasticamente nos próximos anos por força da explosão demográfica e da globalização económica em curso, que aumentam a pressão sobre os recursos ambientais. E os contrastes entre a riqueza e a

o propósito da Cimeira de Joanesburgo não era, porém, tratar apenas de ambiente, mas de desenvolvimento sustentável, nas suas três dimensões, económica, social e ambiental. A tensão entre elas vai aumentar drasticamente nos próximos anos por força da explosão demográfica e da globalização económica em curso, que aumentam a pressão sobre os recursos ambientais. E os contrastes entre a riqueza e a pobreza ao nível mundial atingiram o nível da iniquidade. No meio da muita confusão existente, é necessário dizer que o problema central que está em causa é: como vencer o atraso económico e social nos países em desenvolvimento sem pôr em causa o equilíbrio ecológico mundial.

pobreza ao nível mundial atingiram o nível da iniquidade. No meio da muita confusão existente, é necessário dizer que o problema central que está em causa é: como vencer o atraso económico e social nos países em desenvolvimento sem pôr em causa o equilíbrio ecológico mundial.

Para impedir que este problema assumia proporções mais catastróficas das que já tem, tornaram-se inadivéis certas opções políticas de fundo quanto ao planeta que queremos ser. Deste ponto de vista, quatro planetas possíveis estiveram em confronto em Joanesburgo, com defensores e opositores bem identificados:

- um planeta que prolonga as tendências actuais de aumento da pobreza relativa e da degradação ambiental;
- outro, em que a degradação ambiental aumenta perante a necessidade de acelerar o crescimento económico e o combate à pobreza;
- outro, em que o crescimento económico e o combate à pobreza são travados por preocupações ambientais;
- e, finalmente, um planeta em que se procura combinar crescimento económico e combate à pobreza com reequilíbrio ambiental.

Escusado será dizer que este quarto planeta, certamente mais atraente, é muito mais difícil de pôr em prática, quer em termos técnicos, quer, sobretudo, políticos. Foi a estratégia e a coligação de forças para o concretizar que começou a abrir caminho em Joanesburgo, ainda que deparando com muitas oposições. Esta estratégia para o desenvolvimento sustentável requer:

- da parte dos países em desenvolvimento uma crescente integração na economia mundial, acompanhada por programas de reforço da capacidade nacional ao nível económico, tecnológico e educacional, de controlo ecológico, de combate à pobreza e de melhoria das condições de trabalho – que têm frequentemente como pré-requisito uma governação democrática e o respeito pelos direitos humanos;
- da parte dos países desenvolvidos, uma abertura dos seus mercados às exportações dos países em desenvolvimento, a correlativa reconversão para outras áreas de actividade, o reforço da cooperação para o desenvolvimento em termos financeiros e tecnológicos e a mudança para padrões de consumo e produção sustentáveis do ponto de vista ambiental.

Esta estratégia exige pois um *New Deal* ao nível global. Mas tem pela frente muitos opositores: os países que não querem abrir os seus mercados (como alguns europeus e os EUA); as que resistem em aumentar e melhorar a sua ajuda directa ao desenvolvimento (*idem*); as empresas que persistem em comportamentos insustentáveis do ponto de vista ambiental ou social; os sindicatos que resistem a gerir a mudança em prol de mais e melhor emprego; os detentores de direitos tecnológicos que bloqueiam a difusão de melhores soluções para a saúde ou o ambiente; certas elites corrompidas nos países em desenvolvimento que desviam a ajuda financeira para outros fins, etc.

Um novo campo de forças poderá, porém, emergir pelo efeito conjugado das decisões adoptadas em Joanesburgo, conjugadas com:

- os objectivos do Milénio para o desenvolvimento, definidos pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em 2000;
- o consenso de Monterrey, que definiu, em 2002, um compromisso para o reforço dos instrumentos financeiros de apoio ao desenvolvimento;
- a nova ronda de negociações sobre o comércio internacional, lançada em 2001 em Doha, com o compromisso de atender mais aos países em desenvolvimento;
- e, sobretudo, uma nova dinâmica de actores, onde sobressai uma melhor coordenação de algumas posições europeias, um maior protagonismo dos países em desenvolvimento organizados no G-77 e a emergência de novos actores, particularmente activos e eficazes, como certas ONG's e, mais recentemente, algumas grandes empresas alinhando por padrões de maior responsabilidade ambiental e social.

Mas esta estratégia de desenvolvimento do planeta em condições sustentáveis depara-se hoje com uma enorme lacuna: a da fragilidade da governação do planeta ao nível global, quando tudo o mais está crescentemente globalizado. É positivo que tenham saído de Joanesburgo centenas de parcerias públicas e privadas em torno de projectos concretos; que os países e os poderes locais se tenham comprometido a implementar estratégias integradas para o desenvolvimento sustentável; que os grandes blocos regionais tenham declarado reforçá-las; e que as grandes agências internacionais tenham prometido melhorar a sua colaboração.

Mesmo que esta dinâmica de governação a vários níveis se reforce, ela não chega para gerir as mudanças económicas, sociais e ambientais que são hoje globais. É o sistema multilateral internacional criado no pós-guerra, com base na ONU e nas instituições de Bretton Woods, que tem de ser profundamente reformado. Face a quem procura desvalorizá-lo, como a administração Bush, ou a quem procura manter o *statu quo*, são hoje crescentes as vozes dos que reclamam a criação de uma instância de coordenação com mais força e legitimidade políticas, como o já proposto Conselho de Segurança Económica e Social.

Este problema ficou posto a nu em Joanesburgo, e sê-lo-á ainda mais pelo processo político aqui lançado para os próximos anos. A estratégia de desenvolvimento sustentável requer uma governação global. Estes são temas que devem ser necessariamente cruzados com o actual debate sobre a segurança a nível mundial.

*Membro da delegação da Internacional Socialista à Cimeira Mundial para o Desenvolvimento Sustentável, vice-presidente do Comité para a Economia, a Coesão Social e o Ambiente



Verdadeiramente, a subida eleitoral dos extremistas xenófobos de ultradireita e a sua entrada para os governos, faz baixar a credibilidade dos partidos democratas-cristãos e conservadores. E, quantas mais vezes o modelo ameaça repetir-se (mesmo agora na Suécia, o partido que mais cresceu foi o Partido Liberal que triplicou os seus resultados para 13,3%, com um discurso xenófobo contra imigrantes), mais o voto tende a deslocar-se para a esquerda, dando a vitória aos socialistas e sociais-democratas.

Embalada na vertigem das viragens em Itália, Portugal, Dinamarca, França e Holanda, a direita europeia despistou-se este fim de semana na Suécia. Como bem disse Göran Persson, primeiro-ministro social-democrata reeleito desde domingo, após conquistar 40 por cento do eleitorado sueco, "há que ver esta vitória como um encorajamento para a esquerda europeia".

Apresentando-se às eleições com um notável património económico e social que foi desenvolvendo desde a sua primeira eleição em 1996, Persson prepara-se para liderar um Governo de esquerda monocolor social-democrata. Prefigura-se de novo uma aliança parlamentar com o Partido de Esquerda (8,3 por cento) e os Verdes (4,5 por cento), perfazendo uma confortável maioria de 53 por cento contra os estreitos 44 por cento que somam os quatro partidos do centro-direita suecos. Não diria que esta vitória prenuncia o fim do ciclo de poder das direitas europeias que começou com a subida ao Governo do populista Haider, em coligação com o conservador Schüssel, em Janeiro de 2000 na Áustria. Nem sequer que esta dinâmica conservadora, que arrasta partidos de tradição democrática para contúbios com a extrema-direita, tenha tido como último episódio o actual Governo holandês.

Mas alguma coisa se pode concluir desde já. Os eleitorados europeus não se confortam com exemplos deste tipo. Verdadeiramente, a subida eleitoral dos extremistas xenófobos de ultradireita e a sua entrada para os governos, faz baixar a credibilidade dos partidos democratas-cristãos e conservadores. E, quantas mais vezes o modelo ameaça repetir-se (mesmo agora na Suécia, o partido que mais cresceu foi o Partido Liberal que triplicou os seus resultados para 13,3%, com um discurso xenófobo contra imigrantes), mais o voto tende a deslocar-se para a esquerda, dando a vitória aos socialistas e sociais-democratas.

Não é por acaso que tal se verifica na Áustria, com eleições marcadas para Dezembro, onde os socialistas já atingem os 35 por cento e os verdes roçam os 14 por cento; nem é estranho a tudo isso um discurso radical, quasi-xenófobo do CSU bávaro, pela boca do candidato Stoiber, em desespero perante a performance e as sondagens já largamente favoráveis ao actual chanceler Schröder,

Sejamos claros: o PP de Paulo Portas é o fenómeno mais nefasto que ocorreu na democracia portuguesa e, à nossa medida, o correspondente aos partidos populistas que crescem por toda a Europa. A sua entrada no Governo, que se espera rápida e higiénica, é a maior viragem à direita que a sociedade portuguesa sentiu desde 1974 e uma viragem com novos contornos.

Parece uma lei natural do PS quando perde: discutir-se é de esquerda, de centro-esquerda ou de centro. Enquanto o fazemos e nos autoflagelamos em discussões em que todos têm razão, nomeadamente por que há uma tendência para cada um discutir coisas diferentes, quase que nos esqueçamos do que se passa à nossa volta. E o que se passa é, entre outras coisas, que o ciclo político que se iniciou na Europa com as eleições austríacas demonstra que a direita democrática está disposta a coligar-se com partidos populistas, demagógicos e xenófobos, sem que tal implique uma indignação e um distanciamento da parte dos eleitores ditos de centro. Foi assim na Áustria, de forma particularmente assustadora em Itália, onde o equivalente funcional da direita democrática é a pós-fascista Aliança Nacional, na medida em que os restantes parceiros da coligação são bastante piores, e foi assim também entre nós. Este contexto diz-nos duas coisas. Primeiro, que o centro é um ponto no espaço, com pouca ou nenhuma dimensão política. Há eleitorado central para ganhar eleições, mas este não se situa necessariamente numa bissectriz traçada entre a esquerda e a direita. Segundo, que este eleitorado, tendencialmente flutuante e decisivo para ganhar eleições, não se coíbiu de dar vitórias a coligações compostas por partidos que se situam claramente fora do espaço da democracia liberal. Tal constatação coloca um problema às esquerdas, mas coloca essencialmente um problema aos democratas. Um problema que se faz sentir com diversas intensidades por toda a Europa, mas que nos toca também a nós.

Sejamos claros: o PP de Paulo Portas é o fenómeno mais nefasto que ocorreu na democracia portuguesa e, à nossa medida, o correspondente aos partidos populistas que crescem por toda a Europa. A sua entrada no Governo, que se espera rápida e higiénica, é a maior viragem à direita que a sociedade portuguesa sentiu desde 1974 e uma viragem com novos contornos.

Uma viragem tanto mais perigosa quanto se esconde por detrás de uma máscara de virtude. Com um líder sempre de dedo em riste e fato de Estado, mas envolvido numa grande trapalhada que se julga isento de explicar politicamente. Com um líder que grita histérica e ameaçadoramente pelo trabalho geral, insultando os milhões de portugueses que trabalham muito e que, em lugar de carros de luxo, recebem salários baixos. Com a virtude do ministro do Trabalho que bate no peito afirmando o seu catolicismo e as virtudes do personalismo e depois quer fazer recuar a legislação do trabalho para o século XIX, no que é uma afronta clara à dignidade humana dos trabalhadores.

Mas, também, uma viragem contaminada pela doença da demagogia. Uma demagogia que, mais uma vez, parece ter infectado com particular intensidade o ministro do Trabalho. Primeiro com as alterações demagógicas, cosméticas e persecutórias no rendimento mínimo garantido, depois com uma lei de bases da segurança social desnecessária, trapalhona e apressada e agora, na *rentree*, com uma retórica que nem nos momentos mais alucinantes de campanha eleitoral é aceitável. Que dizer de um ministro de um Governo de um país democrático e civilizado que diz que com o dinheiro que poupará no

VITÓRIA NA SUÉCIA COMEÇAR DE NOVO...

para as eleições alemãs do próximo dia 22.

Em qualquer dos dois países é muito provável que o socialismo democrático triunfe, colocando entre parêntesis uma escalada da direita europeia, que não teve o cuidado de preservar, perante a gula do poder, os seus pergaminhos democráticos, essenciais à sua credibilidade.

Acresce que em tempo de insegurança internacional, face ao neobelicismo de Bush e insegurança económica e social que a receita neoliberal incute nos trabalhadores - no presente, quanto ao emprego, no futuro, quanto à reformas - de novo o Estado-Providência aparece como modelo equilibrado e tranquilizador de todas as camadas sociais activas.

A esquerda, contrário da direita, assume perante as crises o seu papel de sempre: tornar-se indispensável à sua solução, garantindo tranquilidade e segurança. Por isso, é lógico e quase inevitável que vá ganhar, para além da Suécia, até ao fim do ano, ainda na Alemanha e na Áustria.

O resto, para o ano se verá!



LUÍS MARINHO

DIZ-ME COM QUEM ANDAS

combate ao absentismo constrói mais creches e lares? (quando se sabe que uma coisa é paga do Orçamento da Segurança Social e a outra do OEI!). Que pensar quando toda a retórica do Governo vai no sentido de apelar aos portugueses para que façam sacrifícios e em quase todas as áreas de governação se fazem sentir os cortes cegos da ministra Ferreira Leite, o Ministério da Defesa veja o seu orçamento subir? Que pensar quando a Ministra da Justiça diz que as demissões na PJ são uma história sem história e depois se começa a perceber que afinal não é bem assim?

São estas algumas das faces da direita populista e demagógica que está no poder em Portugal. Nenhum taticismo deve fazer com que deixemos de dirigir a nossa acção, de forma determinada, contra ela. Há que chamar os nomes às coisas. Num primeiro momento foi o tom "caceteiro" e autista do ministro Morais Sarmento e a insensibilidade social da Ministra Ferreira Leite que deram o tom da governação. Contudo, a sua acção é apenas espuma quando comparada com as transformações mais profundas que resultam da passagem pelo poder do PP, que afectam o próprio funcionamento da democracia em Portugal. Um PSD que se coliga com um partido assim aliena não o centro, mas, sim, um eleitorado central, que não se revê na demagogia, nas falsas virtudes e em ameaças de dedo em riste. Deve ser nossa missão mostrar de forma clara aos portugueses com quem anda o PSD, porque esta é também a forma de saber-se quem ele é.



PEDRO ADÃO E SILVA

SOCIALISTAS GANHAM ELEIÇÕES NA SUÉCIA

"Na próxima semana os camaradas alemães podem seguir-nos". Foi assim com esta simples frase que o vencedor das eleições do passado domingo na Suécia, o primeiro ministro social-democrata Goran Persson, renovou a esperança de os ventos de mudança voltarem a soprar na Europa.

O partido de Persson conseguiu aumentar a sua representação parlamentar de 131 para 144 deputados. Somando os votos das comunistas, a Esquerda fica com maioria absoluta de 174 dos 349 lugares no Parlamento.

A vitória dos socialistas suecos é, sem dúvida, um bom sinal para a Esquerda, numa Europa onde a Direita governa quase todos os países com as suas políticas conservadoras em termos de sociedade e liberais do ponto de vista económico.

Com efeito, ganhou a perspectiva daqueles que queriam um Estado forte e interventivo, assente numa justiça social equitativa. O forte crescimento económico e a redução do desemprego para os quatro por cento foram também argumentos fortes. Perdeu a perspectiva da Direita conservadora, chamada "Bloco burguês", que queria baixar os impostos e privatizar a economia.

A Suécia mantém assim, desde 1932, a sua tradição de governar à Esquerda, constituindo um paradigma para a social-democracia europeia. A Direita só governou a Suécia por breves



períodos, entre 1976-1982 e entre 1991 e 1994. Esta vitória eleitoral é também um sinal positivo para a União Europeia, criando assim um ambiente mais favorável para a adesão da Suécia ao euro, não obstante precisar, no entanto, do apoio dos partidos de Direita. A adesão ao euro será decidida num referendo previsto para 2003. A Suécia, juntamente com a Dinamarca e a Inglaterra, é um dos três países que ainda não aderiram à moeda única.

Ferro deseja êxito a Schroeder

Outro grande teste, é do das eleições alemãs, que se realizam no próximo dia 22. Persson desejou ao chanceler Gerhard Schroeder a mesma sorte e este apressou-se a felicitar o primeiro-ministro sueco, pedindo aos alemães que olhassem para o exemplo da Suécia.

Aliás, o secretário-geral do PS, Ferro Rodrigues, felicitou Goran Persson precisamente nesse sentido, manifestando "a esperança que um êxito eleitoral idêntico seja repetido" no próximo domingo pelo líder dos sociais democratas alemães, o chanceler Gerhard Schroeder.

Quem também felicitou o primeiro ministro sueco foi o líder da Internacional Socialista, António Guterres, dizendo que, "finalmente, a maré mudou, ou começou a mudar na Europa a favor da Esquerda democrática".

ELISA DAMIÃO

UNIÃO TEM DE DAR CONDIÇÕES AOS INVESTIGADORES EUROPEUS

As ciências da vida e a biotecnologia têm um importante papel a desempenhar no desenvolvimento sustentável da Europa, considera a eurodeputada Elisa Damião no seu documento de trabalho sobre o mesmo tema, que esta semana foi apreciado na Comissão de Indústria e Investigação do Parlamento Europeu. A eurodeputada, que se encontra a recuperar de um problema de saúde, disse em declarações ao Acção Socialista que considera fundamental que a União Europeia dê condições aos investigadores europeus, para impedir que eles sejam "caçados" pelos Estados Unidos.

O documento, que posteriormente se transformará em relatório, tem como principal objectivo fornecer pistas para uma melhor concretização do plano de acção definido na Cimeira de Lisboa de Março de 2002 relativamente ao aproveitamento económico do desenvolvimento científico e tecnológico.

"Na sequência da definição da Estratégia de Lisboa, a Comissão Europeia fez uma proposta de trabalho para aproveitar os recursos nacionais e comunitários a nível da investigação científica e



tecnológica", disse a eurodeputada. Fazer da União Europeia, no espaço de uma década, a economia baseada no conhecimento mais competitiva e dinâmica do mundo, passa inevitavelmente pelo aproveitamento das potencialidades das ciências da vida e da biotecnologia.

Daí que Elisa Damião considere fundamental que haja uma protecção europeia à indústria que faz investigação, que se promova a mobilidade dos investigadores no espaço comunitário e, sobretudo, que se criem as condições para eles desenvolverem o seu trabalho em função dos ambiciosos objectivos traçados, impedindo assim que os Estados Unidos "cacem" os cérebros mais brilhantes. Segundo afirma, o desenvolvimento nas ciências da vida e biotecnológicas prende-se também com a necessidade que a União Europeia tem de recuperar o atraso em relação aos Estados Unidos que, além de serem "predadores" da inteligência europeia, "lançam produtos no mercado sem os devidos testes, revelando um enorme desprezo pelos consumidores". Este documento de trabalho contou com colaborações diversas, de que se destacam os representantes da indústria de carácter científico e tecnológico, dos consumidores, do professor Santos Oliveira, da Universidade Nova de Lisboa, e de Tito Damião na pesquisa documental.

MARIA CARRILHO

FUNÇÕES POLICIAIS E MILITARES NÃO SE DEVEM MISTURAR

As Forças Armadas não deveriam participar em missões de segurança interna, defendeu em Bruxelas a eurodeputada Maria Carrilho, especialista em assuntos de Defesa.

"A mistura entre funções policiais e militares contém muitos riscos e pode dar origem a ambiguidades. Neste domínio devem estabelecer-se fronteiras muito bem definidas", considerou.

Na sua opinião, "Portugal deveria reconhecer o terrorismo como uma verdadeira ameaça e, nessa medida, reforçar as capacidades e competências das suas polícias, em vez de envolver directamente as suas Forças Armadas".

Maria Carrilho respondia assim à possibilidade do nosso país utilizar meios militares em missões de segurança interna, divulgada aquando da apresentação das bases do novo Conceito Estratégico de Defesa Nacional.

LUÍS MARINHO AO "ACÇÃO SOCIALISTA"

DEBATE SOBRE FUTURO DA EUROPA AINDA É ESCASSO A NÍVEL NACIONAL

Os socialistas europeus têm uma posição sobre a Convenção sobre o futuro da Europa, mas infelizmente, a nível nacional o debate ainda é escasso, afirma ao "Acção Socialista" o eurodeputado Luís Marinho, membro da Convenção Europeia em representação do Parlamento Europeu. Explica ainda aquilo que distingue a Esquerda da Direita neste debate, considerando que mais Europa só é compatível com mais democracia. "Aprofundar a democracia e a igualdade europeias. É isto que pensa um socialista. Um conservador pensa mais no mercado que aí vem", afirma.

A Direita europeia tem estado muito activa a tentar condicionar o debate sobre o futuro da Europa. Neste debate e no perfil das futuras instituições europeias, o que pode diferenciar as posições de Esquerda e da Direita?

É natural que esteja activa. No princípio lançaram a Convenção à espera que dela não saísse nada. Hoje, já se prefigura um consenso muito forte para um Tratado Constitucional. Perante isto, vários governos, com particular frenesim dos governos de direita, lançaram uma ofensiva sobre o futuro modelo político da União alargada que a Convenção, por critérios de metodologia e tempo, ainda não abordou. É verdade que isto é uma forma de sinalização ou condicionamento do percurso da Convenção. Mas não nos atemoriza. Se chegarmos ao fim, com um consenso alargado num documento coerente que tenha características constitucionais, quem estará em piores lençóis são os governos que dificilmente poderão justificar a sua recusa...

Já quanto à questão da visão de esquerda e de direita da Europa, sem querer nesta matéria ser maniqueísta, diria que a direita tem uma visão *personalizada* das instituições europeias, como se a dinâmica da Europa derivasse da existência de um Presidente... não eleito,



melhor, nomeado, agindo em nome e no interesse dos governos dos países mais fortes, enquanto a esquerda aposta numa Europa *democrática*, onde a Comissão age em representação de todos e no interesse comum, cabendo o protagonismo presidencial não a uma figura, mas a uma nação ou Estado, grande ou pequeno, que periodicamente exerce a Presidência da União.

Temos assistido a várias arremetidas da Direita para impor os seus pontos de vista à Convenção. Isto não estará a viciar o debate e os resultados finais da Convenção?

São, para já, meros balões de ensaio. Numa Europa a 25 ou a 27, ou até a 28 com a Turquia, não se pode ter a pretensão de prescindir da dialéctica esquerda / direita democráticas. É na síntese de posições e nas aproximações sucessivas que está a chave do êxito europeu. Mas, quanto à questão em concreto,

dificilmente podem impor algo, quando a verdade é que a própria direita europeia não tem plataforma comum. Ainda há dias reuniram numa das fabulosas vivendas de Berlusconi, na Sardenha, para constatarem o seu desacordo!

É difícil por exemplo, conciliar as posições comunitárias tradicionais belgas com as posições presidencialistas espanholas. Ficaram de se encontrar no Estoril, este Outono, para limarem as arestas! Espero que Durão Barroso não deixe ficar nenhuma que possa espetar Portugal...

Quanto a viciar os resultados finais, é preciso não esquecer que a Convenção é formada por gente com experiência e *curriculum* europeu suficiente para não se deixar impressionar. Seguimos o nosso caminho.

Existe um debate socialista à escala europeia sobre o futuro da Europa?

Existe, moderadamente. Acabamos de fixar um texto em Birmingham que é uma nova plataforma para os socialistas europeus. Afirmamo-nos aí, mais federalistas que presidencialistas, mais comunitários que inter-governamentais. É uma proposta para organizar a democracia a nível supranacional, ao nível do espaço europeu. Nos métodos de decisão mas também nos valores. Por isso, queremos um Tratado constitucional que consagre a Carta dos Direitos Fundamentais e que, para além disso, consagre o nosso modelo de convivência e um modelo político europeu democrático e o mais igualitário e cidadão possível! A nível nacional, infelizmente o debate é escasso. A culpa é de todos nós, confesso!

Os trabalhos da Convenção vão no sentido de um aprofundamento da Europa e do espírito dos Tratados fundadores ou haverá risco de se estabelecer uma União de desigualdades institucionais?

Nas grandes mudanças da História, correm-se sempre riscos de se perder alguma coisa. Corre-se de facto o risco de que, muito do que se pode ganhar em influência no mundo, por via de uma nova geografia, de uma nova política externa, do muito que se pode ganhar no caminho da Paz e da Segurança no Continente, se sacrifique algo do valor inicial da igualdade entre todos os Estados, que foi o cimento da aventura europeia até aqui. Mas a história da Europa tem sido a história da Democracia. Mais Europa, só é compatível com mais Democracia! Essa peregrinação política é constante. Por isso, temos que ser optimistas e pensar que está nas nossas mãos, cidadãos europeus, está nos nossos governos, parlamentos e responsáveis políticos, aprofundar a democracia e a igualdade europeias.

É isto que pensa um socialista. Um conservador pensa mais no grande mercado que aí vem!

P.P.

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

ALARGAMENTO TRARÁ PESO E ESTATURA À UNIÃO

"A Europa alargada ganhará em peso e estatura para se poder afirmar no mundo globalizado, para fazer valer os seus pontos de vista e interesses", disse o Presidente da República, Jorge Sampaio, num debate sobre o futuro da Europa, que decorreu no Centro Cultural de Belém, e contou com a presença do presidente da Hungria, Ferenc Mádl.

Para o Presidente da República, com o próximo alargamento, "a União dobrará um cabo histórico na via da reunificação do Velho Continente", não se podendo "falhar esta oportunidade única para reforçar a sua projecção externa".



Por sua vez, Ferenc Mádl considerou que os candidatos à adesão apresentam tanto consideráveis possibilidades de investimento como novos mercados para a colocação dos produtos dos actuais países membros da União Europeia. "Para nós - disse o Presidente húngaro - a integração na União significa, de alguma forma, o retorno à civilização de que sempre fizemos parte e à qual nunca deixámos de pertencer". Dirigindo-se especificamente aos jovens, Jorge Sampaio considerou necessário inculcar neles "um sentido de solidariedade social e geracional sem fronteiras", de forma a que possam estar

preparados para lutar "contra todo um conjunto emergente de desigualdades e de riscos de um tipo novo a que eles estão particularmente expostos", designadamente a insegurança, precaridade, as pandemias e outras situações potenciadoras de exclusão.

"Ser jovem de um pequeno país com uma economia e um grau de prosperidade e de desenvolvimento médios, como são Portugal e a Hungria, poderá implicar, comparativamente a outros europeus, um esforço redobrado de preparação, um sólido nível de educação e de formação profissional", disse. "Os nossos jovens terão de apostar na excelência", concluiu.

VILA FRANCA

MERCADO RECUPERADO E PROMOVIDO

Devolver ao mercado municipal a dignidade de outrora, adaptá-lo às necessidades actuais dos consumidores e transformá-lo no ex-libris de Vila Franca são as metas traçadas pela autarquia chefiada pela socialista Maria da Luz Rosinha que vai promover a obra de remodelação e arranjos exteriores deste equipamento.

As obras, estimadas em 1,66 milhões de euros, arrancam em Outubro, sendo o prazo de conclusão de 240 dias.

Esta intervenção de fundo no mercado prevê, a nível do exterior, a reabilitação das quatro fachadas, sendo preservada a azulejaria tradicional existente, o que engloba a recuperação de 12 mil azulejos dos vários painéis.

A remodelação interior do mercado incidirá especialmente ao nível da reformulação das bancadas de venda. Esta área central, que engloba 1800 metros quadrados, será totalmente remodelada, desde o subsolo até à superfície, dotando o mercado de todas as



condições indispensáveis ao seu bom funcionamento e ao cumprimento das normas de higiene e salubridade. Os trabalhos englobam ainda a reparação das

paredes interiores, aplicação de um sistema que permita controlar a temperatura interior (nomeadamente no Verão) e a substituição integral da rede eléctrica, que é antiga e não cumpre adequadamente a legislação.

Está igualmente prevista a definição de uma rede de balanças electrónicas, a remodelação do sistema de águas pluviais e a instalação de câmaras de frio e de um sistema de segurança. No exterior, o espaço do mercado irá reassumir a imagem que marcou os seus primeiros anos, através da realização de arranjos exteriores em toda a envolvente, incluindo a repavimentação de toda a área no sentido de a dotar de condições favoráveis à circulação pedonal, a implantação de pequenos jardins e a criação de 60 lugares de estacionamento.

A presidente da Câmara de Vila Franca de Xira, Maria da Luz Rosinha, diz que, com esta intervenção, «pretende-se não só dar resposta ao elevado grau de degradação do mercado, como também torná-lo num ex-libris da cidade».

Prémio Carlos Paredes

O Executivo socialista da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira criou o Prémio Carlos Paredes, destinado a galardoar anualmente o melhor CD de música instrumental não erudita, no valor de 2500 euros.

De acordo com o assessor para a área cultural do município, José Jorge Letria, não existia nenhum prémio deste género em Portugal e um dos objectivos da sua criação é também o de "homenagear Carlos Paredes ainda em vida".

Os interessados em concorrer ao Prémio Carlos Paredes poderão enviar os seus trabalhos para o Departamento de Acção Sociocultural da autarquia até ao dia 15 de Janeiro de cada ano.

As obras serão apreciadas por um júri composto por representantes da Sociedade Portuguesa de Autores, da edilidade vila-franquense e por um crítico musical.

SINTRA

PS CHUMBA AUMENTO DA CONTRIBUIÇÃO AUTÁRQUICA

A vereação do PS da Câmara de Sintra chumbou a proposta apresentada pelo Executivo PSD/PP para aumentar a contribuição autárquica.

O vereador socialista Rui Pereira afirmou que "a taxa de contribuição autárquica é fixada anualmente, variando entre 0,7 por cento e 1,3 por cento, mas nos últimos oito anos não houve alterações em Sintra, durante a gestão camarária do PS".

O PS argumenta que a Câmara de Sintra apresenta "uma situação financeira absolutamente invejável" e que a medida proposta pela presidência iria prejudicar essencialmente os jovens e idosos.

O PS acusa a coligação PSD/CDS-PP de tomar "medidas populistas", ao baixar o preço da água e distribuir gratuitamente manuais escolares às crianças do concelho, independentemente do rendimento das famílias, e depois querer fazer

aprovar uma medida "para retirar capacidade financeira a toda a gente".

Rui Pereira lembrou ainda que a taxa de incidência da contribuição autárquica tem vindo sempre a aumentar, com receitas de 859 mil contos em 1993, 1,2 milhões de contos em 1995, 1,5 milhões de contos em 1996, 1,9 milhões de contos em 1997, 2,5 milhões de contos em 2000 e 2,8 milhões de contos no ano passado.

PENICHE

CÂMARA EM DEFESA DO PATRIMÓNIO

O Executivo socialista da Câmara de Peniche não se conforma e "vai continuar, por todos os meios, a tentar sensibilizar o Governo para resolver o grave problema que é a recuperação das muralhas e o Forte da Consolação".

Em causa está, segundo a autarquia, uma verba de 105 mil euros, inscrita em PIDDAC para este ano, mas o projecto acabou por ser suspenso, invocando contenção de despesas. No entanto, a Protecção Civil alertou em Junho passado para a degradação daquela estrutura, temendo a derrocada dos muros.

A reacção do município ao congelamento das verbas destinadas à recuperação do Forte, não se fez esperar e com base na informação da Protecção Civil, que enviou um documento à Direcção-Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN). A resposta desta Direcção-Geral surpreendeu a autarquia, uma vez que solicitava que fosse o próprio município a assumir os custos da recuperação do Forte da Consolação na sua totalidade.

Segundo o Executivo camarário, "obviamente que a autarquia não dispõe de capacidade financeira para tal e vai continuar, por todos os meios, a tentar sensibilizar o Governo para resolver este problema grave e urgente".

AMADORA

JOAQUIM RAPOSO CONTRA ADIAMENTO DA CRIL

O Presidente da Câmara Municipal da Amadora, Joaquim Raposo, criticou o Governo pelo adiamento da conclusão da CRIL - Circular Regional Interna de Lisboa.

Ao ter conhecimento de que a conclusão da via não está prevista nos planos do Euro-2004, o autarca

socialista, afirmou que esta foi "mais uma excelente oportunidade perdida, depois da Expo-98".

Joaquim Raposo considera que a CRIL é uma via "fundamental" para a área metropolitana de Lisboa, mais ainda durante o campeonato europeu de futebol para descongestionar as principais

artérias da cidade nos dias de jogo.

"Não quero pensar no caos de trânsito que será, por exemplo, a Segunda Circular", afirmou.

Ainda segundo o autarca, a obra "tem todas as condições para arrancar hoje mesmo, já que não há nenhum impedimento no terreno".

BARREIRO

MUNICÍPIO ASSEGURA INSTALAÇÕES PARA GNR

A Câmara do Barreiro tem assegurado o recinto onde será instalado, a partir de Fevereiro do próximo ano, o posto provisório da GNR de Santo António da Charneca, na Cidade Sol.

"Tivemos de assegurar aquele local, que consideramos ser o mais adequado, e por isso começámos a pagar a renda, declarou o autarca socialista Emídio Xavier.

Reconhecendo alguns atrasos no projecto Xavier

explicou que o futuro Trata-se é um local estratégico situado junto ao centro comercial da Cidade Sol, precisamente o sítio mais problemático da freguesia.

As instalações provisórias da GNR funcionarão aqui até que o quartel definitivo seja construído.

O Gabinete de Estudos, Planeamento e Instalação do Ministério da Administração

Interna vai lançar este mês um concurso público para a realização das obras, estando o início dos trabalhos previsto para o final de Outubro. O posto funcionará com 25 a 30 soldados.

O edil do Barreiro Emídio Xavier garante que a aquisição das habitações já está assegurada, acrescentando: "Não será por aí que a instalação do posto da GNR não será concretizada".

O efeito de desencorajamento da procura gerada pelo incremento da taxa foi efectivamente superior ao que seria economicamente justificável. O que acontece é que o clima depressivo criado pelo actual Governo contribuiu para que muitas portuguesas e muitos portugueses reduzissem algumas despesas de consumo e adiassem despesas significativas de investimento, nomeadamente em bens duradouros.

1. A forma como o Governo está a conduzir o processo de execução orçamental suscita-nos sérias preocupações. Algumas das receitas de carácter fiscal patinam ou não correspondem ao previsto no próprio Orçamento dito Rectificativo. Vejamos determinados pontos essenciais.

O aumento da taxa máxima de IVA de 17 para 19 por cento não teve o efeito que o Governo esperaria. As verbas registadas são inferiores às orçamentadas. Na Lei de alteração orçamental de 2002, previa-se nesta altura um crescimento de 10,1 por cento no IVA e está apenas em 6,1 por cento o incremento verificado. O efeito de desencorajamento da procura gerada pelo incremento da taxa foi efectivamente superior ao que seria economicamente justificável. O que acontece é que o clima depressivo criado pelo actual Governo contribuiu para que muitas portuguesas e muitos portugueses reduzissem algumas despesas de consumo e adiassem despesas significativas de investimento, nomeadamente em bens duradouros.

Por razões idênticas, na área do imposto automóvel, desceu a cobrança significativamente, relativamente ao previsto na Alteração Orçamental. Aqui previa-se um aumento de receitas de 4,5 por cento nesta altura e verificou-se uma redução de 0,4 por cento.

Da mesma forma, a cobrança em IRC desceu muito, relativamente ao previsto.

2. Os níveis de confiança dos cidadãos e das empresas baixaram significativamente, para níveis desconhecidos desde há muito. No caso dos cidadãos, desde 1986 (1.º ano da participação de Portugal na União Europeia) que não se verificavam níveis tão baixos. Não devemos generalizar a crise orçamental ao tecido económico, o que tem sido a atitude do Governo. É preciso restabelecer uma situação de equilíbrio nas finanças públicas, mas não seguindo a estratégia económica deste Governo que põe em causa o próprio processo e o ritmo de desenvolvimento económico.

3. Desprezada pelo Governo a procura interna, a aposta é no aumento da externa. E aqui, a situação e as perspectivas não são entusiasmantes. O arranque da economia

A EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

americana e a situação alemã não são de molde a animar-nos muito.

Preocupa-nos o eventual incumprimento do objectivo estabelecido para o défice do sector público administrativo. E especialmente que se confirme a perspectiva governamental de reduzir o investimento no PIDDAC, para chegar ao objectivo proposto.

No plano social, a política económica e financeira seguida já leva ao aumento do desemprego, que na região de Lisboa e Vale do Tejo atingiu a taxa mais elevada nos últimos quatro anos (6,2 por cento), tornando-o pela primeira vez na região com maior desemprego do País.

Também no Norte, é de sublinhar o crescimento da taxa de desemprego e, segundo o INE, citado pelo "DN", assistiu-se "a uma deterioração da generalidade dos indicadores de consumo privado e do investimento".

4. Em conclusão, a execução orçamental é preocupante, a estratégia económica é incompetente, a degradação social está no horizonte. Estaremos atentos, porque importa ter uma situação financeira equilibrada, mas não à custa do sacrifício do desenvolvimento económico nacional.



JOEL HASSE FERREIRA

Convertida em Eurozona, a moeda velha Europa, parece-nos agora de mais alto destino, mas provavelmente é uma ilusão de óptica que não os nossos romanos querem esquecer. Como episódio do nosso melancólico destino, de europeus, a passagem ao "euro" é um acontecimento considerável. Deixa-se ser uma festa se houver alguém – a Europa – para o festejar. Mas a Europa é o que não esperamos que o "euro" nos leve, nem esse "materialista" das coisas que não deixa de ser jubileica.

Eduardo Lourenço

A SEMANA PREVISTA

O líder do Grupo Parlamentar do PS, António Costa, estará presente na Secção de Benfica num plenário de militantes sobre a "Análise da situação política".

A tendência João Soares promove no domingo em Alpiarça mais um encontro, desta vez alargado, já que foram convidados o presidente do PS, Almeida Santos, e os deputados eleitos pelo círculo de Santarém.

Promovido pela Secção do Desenvolvimento Sustentável do Partido Socialista, tem lugar no dia 25 um jantar-debate sobre "A Declaração de Princípios e o Projecto do PS para Portugal", inserido na iniciativa "ciclo de debates do Loreto".

Realiza-se a 2ª sessão plenária de Setembro do Parlamento Europeu, cujo tema fulcral é a 1ª leitura do orçamento comunitário para 2003 e durante o qual também se votará o relatório da eurodeputada socialista Helena Torres Marques sobre a aplicação do IVA às agências de viagens.

O primeiro-ministro vai à Assembleia da República explicar, para que se perceba sem quaisquer ambiguidades, qual a posição do Governo português no eventual conflito EUA/Iraque.

A Assembleia na República vota no dia 20 o seu novo regimento.

Pelo terceiro ano consecutivo realiza-se, no próximo dia 22, em várias localidades a iniciativa "O Dia Europeu sem Carros".

SEG. TER. **QUA.** QUI. SEX. **SÁB.** DOM.

ACÇÃO SOCIALISTA

INFORMAÇÕES ÚTEIS

SECÇÕES DE CASTELO BRANCO

CASTELO BRANCO
Largo São João, 26 R/C Dto.
6000 Castelo Branco
2732341021

COVILHÃ
Travessa de Santa Marinha, 2
6200-140 Covilhã
275334273

FUNDÃO
Avenida Liberdade - Prédio Etra
6230 Fundão
275752009

VILA VELHA DE RODÃO
Rua Escola Sarnadas de Rodão
6030 Vila Velha de Rodão
272541116

PAÚL
Travessa do Mercado, Nº 7
6215 Paúl
275967807

OLEIROS
D. Vicente - Bloco A, 2º Dto.
6160 Oleiros
272682320



ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA
Propriedade do Partido Socialista

FICHA TÉCNICA

Director **António José Seguro**

Director-adjunto **Silvino Gomes da Silva**
silvino@partido-socialista.pt

Coord. Administrativo e Financeiro **José Manuel Viegas**

Grafismo **Miguel Andrade**

Redacção **J.C. Castelo Branco**
castelobranco@partido-socialista.pt
Mary Rodrigues
mary@partido-socialista.pt
Paulo Pisco

Secretariado **Sandra Anjos**
sandraanjos@partido-socialista.pt

Paginação electrónica **Francisco Sandoval**
fsandoval@partido-socialista.pt

Edição electrónica **Joaquim Soares**
José Raimundo
Francisco Sandoval

Internet **www.ps.pt/accao**
E-mail **Accao.Socialista@partido-socialista.pt**

Redacção, Administração e Expedição **Avenida das Descobertas 17**
Restelo - 1400-091 Lisboa
Telefone 21 3021243 Fax 21 3021240

Toda a colaboração deve ser enviada para o endereço referido

Depósito legal Nº 21339/88; ISSN: 0871-102X

Impressão **Mirandela, Artes Gráficas SA**
Rua Rodrigues Faria 103, 1300-501 Lisboa



Quero assinar o Acção Socialista na modalidade que indico
Junto envio o valor da assinatura

Quero renovar a assinatura
Junto envio o valor da assinatura

Cheque Vale de correio 12 meses

Nome _____

Morada _____

Localidade _____ Código Postal _____

Por favor remeter este cupão para:

Acção Socialista
Avenida das Descobertas, 17 - Restelo
1400-091 Lisboa

Assinaturas	12 meses	
	52 números	
Continente	25 €	O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados
Regiões Autónomas	32 €	
Macau	54 €	
Europa	63 €	
Resto do Mundo	92 €	